Tradição x Reformismo – A polêmica em torno da exortação apostólica Amoris Laetitia

Em novembro de 2016, quatro cardeais (Raymond L. Burke, Walter Brandmüller, Carlo Caffara e Joachim Meisner) deram publicidade na imprensa de uma carta enviada ao Papa Francisco com pedidos de esclarecimento sobre a exortação apostólica Amoris Laetitia, em que há passagens que podem representar uma ruptura com a doutrina tradicional da Igreja, sobretudo com as encíclicas Familiaris Consortio e Veritatis Splendor, de João Paulo II. Primeiramente, a carta fora enviada em privado ao Papa, que se recusou a dar-lhes uma resposta. Diante dessa recusa, os cardeais decidiram dar publicidade de seus questionamentos, tendo em vista a confusão doutrinária e pastoral que se instalou no clero, com interpretações contrastantes de Amoris Laetitia.

O desenrolar dessa história vem trazendo à tona a profunda

divisão instalada no seio da Igreja Católica, com consequências imprevisíveis para o futuro da cristandade.

Apresentamos abaixo um compilado de notícias sobre a polêmica em torno de Amoris Laetitia. Cumpre dizer que não se trata de uma polêmica gratuita e irrelevante; o que está em jogo é a preservação do depósito da fé, da tradição perene que traça para todos os cristãos o caminho da salvação.

Neste contexto, convém lembrar algumas advertências deixadas por Nossa Senhora em Belo Horizonte:

“Vocês foram colocados para liderar a Igreja de Cristo na verdade e para proteger as verdades desta Igreja. Desejo que saibam que a missão da Igreja é evangelizar o mundo com os valores do Evangelho, e não permitir que o mundo a evangelize com os valores ditados pelo Diabo”.

“A Igreja não pode de forma alguma se ajustar aos homens, porque a verdade e a justiça falam uma linguagem única em qualquer época ou situação. Não distorçam os ensinamentos recebidos, ajustando-os a situações falsas, enganosas, porque serão cobrados depois”.

“Ouçam-me, ouçam-me bem: trabalhem para uma Igreja alicerçada, para que possam construir uma base sólida onde tenham condições de defendê-la de ataques reformistas sem propósito, que visam tão-somente seu descrédito e sua ruína”.

“A Igreja é forte quando seus membros, imbuídos da responsabilidade do conhecimento de seus preceitos, defendem-na nas horas oportunas”.

“Vejo tantas discussões teológicas acabarem infrutíferas devido a seus orientadores estarem demasiadamente comprometidos com interesses terrenos, cujas verdadeiras intenções são tão-somente adaptar o Evangelho à época e não a época e o progresso ao que ensina o Evangelho. A modernização da Igreja é necessária. O progresso tem e deve ser usado pela

causa da salvação. Entretanto, o emprego de seus ensinamentos provém do que Jesus ensinou através de Suas palavras, e isso não foi dito para uma época, e sim para que a usemos até o final dos tempos. (…) Nada posso fazer senão alertá-los através de minhas frequentes visitas, fazendo com que pressintam o perigo de uma devastadora onda de confusão que levará a Igreja a divisões e cismas".

As palavras de Nosso Senhor Jesus Cristo na aparição solene da Praça do Papa são bem eloquentes:

"Minha Casa encontra-se dividida e infestada, tomada por uma maçonaria eclesiástica sem precedentes, cujo intuito é desacreditar os dogmas de minha Igreja e afastar vocês de mim. Meus Sacrários estão violados por mãos impuras, e minhas palavras desvirtuadas para atender a interesses sociais pecaminosos. (…) A minha Igreja caminhará para o futuro, trôpega e vacilante, diante do desafio de uma renovação ditada pelo materialismo, e os seus dogmas cairão por terra, um a um, frente a uma ciência em contramão com o divino, se não for tomada agora uma posição que estanque este processo".

I. 14/11/2016 Cardeais divulgam carta e questionamentos sobre *Amoris Laetitia* que Francisco se negou a responder.

II. 16/11/2016 "Há, na Tradição da Igreja, a prática da correção ao Sumo Pontífice. Se não houver resposta a essas questões, então, diria que seria o caso de realizar um ato formal de correção de um grave erro".

III. 21/11/2016 Uma guerra civil está em curso na Igreja.

IV. 01/12/2016 A intolerável agressão contra os quatro cardeais.

V. 16/12/2016 Cardeal Burke defende signatários de 'dubia' em entrevista bombástica à EWTN.

VI. 19/12/2016 Os oitenta anos do Papa Francisco.

VII. 26/12/2016 “É preciso que os fiéis saibam: *Amoris Laetitia*, não pode mudar o Magistério da Igreja”. Explosivo: Íntegra da entrevista do Cardeal Burke à EWTN – com legendas em português.

VIII. 28/12/2016 Francisco segundo Der Spiegel: “Não excluí a hipótese de que eu seja lembrado como o Papa que, na história da Igreja Católica, a dividiu”.

IX. 16/01/2017 Cardeal Caffarra: “Somente um cego pode negar que haja uma grande confusão”.

X. 01/02/2017 Cardeal Müller sobre a Comunhão a recasados: “O Papa, um concílio, nem a lei dos bispos podem mudar isso”.

XI. 16/02/2017 Burke despachado para o outro lado do mundo

I. 14/11/2016 Cardeais divulgam carta e questionamentos sobre *Amoris Laetitia* que Francisco se negou a responder.

Criar clareza

Alguns nós por resolver em “Amoris laetitia” – Um apelo

1. Uma premissa necessária

O envio desta carta ao Papa Francisco por parte de quatro cardeais nasce de uma profunda preocupação pastoral.

Temos observado a desorientação de muitos fiéis, e a confusão em que se encontram, relativamente a questões de grande importância para a vida da Igreja. Temos notado também que inclusive no seio do colégio episcopal se fazem interpretações contrastantes do capítulo oitavo de “Amoris laetitia”.

A grande Tradição da Igreja ensina-nos que o caminho para sair de situações como esta passa pelo recurso ao Santo Padre, pedindo à Sé Apostólica que resolva as dúvidas que são causa

de desorientação e de confusão.

O nosso é, pois, um acto de justiça e de caridade.

De justiça: ao tomar esta iniciativa estamos a professar que o ministério petrino é o ministério da unidade, e que a Pedro, ao Papa, cabe o serviço de confirmar na fé.

De caridade: é nossa intenção ajudar o Papa a prevenir divisões e contraposições na Igreja, pedindo-lhe que dissipe todas as ambiguidades.

Fazendo-o, cumprimos também um estrito dever que nos incumbe. Segundo o Código de Direito Canónico (câns. 349, 358 e 360), aos cardeais está confiada a missão de ajudar o Papa na solicitude pela Igreja universal.

O Santo Padre decidiu não responder. Interpretamos esta sua soberana decisão como um convite para continuar a reflexão e a discussão, de modo sereno e respeitoso.
Por essa razão, damos agora a conhecer a nossa iniciativa a todo o povo de Deus, fornecendo para isso toda a documentação pertinente.

Esperamos que ninguém interprete este facto nos termos do esquema “progressistas-conservadores”; seria um engano. Estamos profundamente preocupados com o verdadeiro bem das almas, que é a suprema lei da Igreja, e não em fazer avançar dentro da Igreja um qualquer tipo de política.

Esperamos também que ninguém, julgando injustamente, nos tenha na conta de adversários do Santo Padre e de pessoas privadas de misericórdia. O que fizemos e o que estamos a fazer nasce do profundo afecto colegial que nos une ao Papa, e da preocupação apaixonada pelo bem dos fiéis.

Card. Walter Brandmüller
Card. Raymond L. Burke
Card. Carlo Caffarra

Card. Joachim Meisner

*

2. A carta dos quatro cardeais ao Papa

Ao Santo Padre Francisco
e com conhecimento a Sua Em. Rev. Senhor Cardeal Gerhard L. Müller

Beatíssimo Padre,

No seguimento da publicação da Vossa Exortação Apostólica "Amoris laetitia", foram propostas, por parte de teólogos e estudiosos, interpretações não só divergentes, mas também contrastantes, sobretudo no que respeita ao cap. VIII. Além do mais, os meios de comunicação têm vindo a pôr em realce esta diatribe, provocando, desse modo, incerteza, confusão e desorientação por entre muitos dos fiéis.

Por essa razão, chegaram-nos, a nós que nos subscrevemos, como também a muitos Bispos e Presbíteros, numerosos pedidos da parte de féis pertencentes a diversas condições sociais, a respeito da correcta interpretação a dar ao cap. VIII da Exortação.

Assim, movidos em consciência pela nossa responsabilidade pastoral, e desejando praticar sempre melhor aquela mesma sinoladidade a que Vossa Santidade nos exorta, permitimo-nos, com profundo respeito, vir pedir-Vos, Santo Padre, que, como Mestre supremo da fé, chamado pelo Ressuscitado a confirmar os irmãos na fé, dirimais as incertezas e crieis clareza, dando benevolamente resposta aos "Dubia" que nos consentimos juntar à presente.

Apraza a Vossa Santidade abençoar-nos, deixando-Vos a nossa promessa de uma constante presença na nossa oração.

Card. Walter Brandmüller

Card. Raymond L. Burke
Card. Carlo Caffarra
Card. Joachim Meisner

Roma, 19 de Setembro de 2016.

*

3. Os “Dubia”

1. Pergunta-se se, de acordo com quanto se afirma em “Amoris laetitia”, n. 300-305, se tornou agora possível conceder a absolvição no sacramento da Penitência, e, portanto, admitir à Sagrada Eucaristia, uma pessoa que, estando ligada por vínculo matrimonial válido, convive “more uxorio” com outra, sem que estejam cumpridas as condições previstas por “Familiaris consortio”, n. 84, e entretanto confirmadas por Reconciliatio et paenitentia, n. 34, e por “Sacramentum caritatis”, n. 29. Pode a expressão “[e]m certos casos”, da nota 351 (n. 305) da exortação “Amoris laetitia”, ser aplicada a divorciados com uma nova união que continuem a viver “more uxorio”?

2. Continua a ser válido, após a exortação pós-sinodal “Amoris laetitia” (cf. n. 304), o ensinamento da encíclica de São João Paulo II “Veritatis splendor”, n. 79, assente na Sagrada Escritura e na Tradição da Igreja, acerca da existência de normas morais absolutas, válidas sem qualquer excepção, que proíbem actos intrinsecamente maus?

3. Depois de “Amoris laetitia” n. 301, pode ainda afirmar-se que uma pessoa que viva habitualmente em contradição com um mandamento da lei de Deus, como, por exemplo, aquele que proíbe o adultério (cf. Mt 19, 3-9), se encontra em situação objectiva de pecado grave habitual (cf. Pontifício Conselho para os Textos Legislativos, Declaração de 24 de Junho de 2000)?

4. Após as afirmações de “Amoris laetitia”, n. 302,

relativas às “circunstâncias atenuantes da responsabilidade moral”, ainda se deve ter como válido o ensinamento da encíclica de São João Paulo II “Veritatis splendor”, n. 81, assente sobre a Sagrada Escritura e sobre a Tradição da Igreja, segundo o qual: “as circunstâncias ou as intenções nunca poderão transformar um acto intrinsecamente desonesto pelo seu objecto, num acto ‘subjectivamente’ honesto ou defensível como opção”?

5. Depois de “Amoris laetitia”, n. 303, ainda se deve ter como válido o ensinamento da encíclica de São João Paulo II “Veritatis splendor”, n. 56, assente sobre a Sagrada Escritura e sobre a Tradição da Igreja, que exclui uma interpretação criativa do papel da consciência, e afirma que a consciência jamais está autorizada a legitimar excepções às normas morais absolutas que proíbem acções intrinsecamente más pelo próprio objecto?

*

4. Nota explicativa dos quatro cardeais

O CONTEXTO

Os “dubia” (do latim, “dúvidas”) são questões formais dirigidas ao Papa e à Congregação para a Doutrina da Fé, pedindo uma clarificação acerca de temas particulares relativos à doutrina ou à prática.

O que estes pedidos têm de particular é o facto de serem formulados de modo a pedirem como resposta um “sim” ou um “não”, sem argumentações teológicas. Não fomos nós a inventar esta modalidade da forma de se dirigir à Sé Apostólica; é uma prática secular.

Tratemos agora do que está em jogo.

Depois da publicação da exortação apostólica pós-sinodal “Amoris laetitia”, sobre o amor na família, levantou-se um

amplo debate, em especial a respeito do capítulo oitavo. Mais especificamente ainda, os parágrafos 300-305 têm sido objecto de interpretações divergentes.

Para muitos – bispos, párocos, fiéis –, estes parágrafos fazem alusão, ou ensinam explicitamente, uma mudança da disciplina da Igreja a respeito dos divorciados que vivem numa nova união, ao passo que outros, admitindo embora a falta de clareza, ou mesmo a ambiguidade das passagens em questão, argumentam que estas mesmas páginas podem ser lidas em continuidade com o magistério precedente e não contêm uma modificação quanto à prática e aos ensinamentos da Igreja.

Animados por uma preocupação pastoral para com os fiéis, quatro cardeais enviaram uma carta ao Santo Padre sob a forma de "dubia", esperando assim obter clareza, dado que a dúvida e a incerteza são sempre em grandíssimo detrimento do cuidado pastoral.

O facto de que os intérpretes cheguem a diferentes conclusões deve-se também à existência de vias divergentes a propósito da compreensão da vida cristã. Nesse sentido, o que está em jogo em "Amoris laetitia" não é somente a questão de se saber se os divorciados que iniciaram uma nova união – sob certas circunstâncias – podem ser readmitidos ou não aos sacramentos.

É mais do que isso, já que a interpretação do documento implica maneiras diferentes e contrastantes de encarar o estilo de vida cristão.

Assim, enquanto a primeira questão dos "dubia" diz respeito a um tema prático relativo aos divorciados recasados civilmente, as restantes quatro questões são relativas a temas fundamentais da vida cristã.

AS PERGUNTAS

Dúvida número 1:

Pergunta-se se, de acordo com quanto se afirma em "Amoris laetitia", n. 300-305, se tornou agora possível conceder a absolvição no sacramento da Penitência, e, portanto, admitir à Sagrada Eucaristia, uma pessoa que, estando ligada por vínculo matrimonial válido, convive "more uxorio" com outra, sem que estejam cumpridas as condições previstas por "Familiaris consortio", n. 84, e entretanto confirmadas por Reconciliatio et paenitentia, n. 34, e por "Sacramentum caritatis", n. 29. Pode a expressão "[e]m certos casos", da nota 351 (n. 305) da exortação "Amoris laetitia", ser aplicada a divorciados com uma nova união que continuem a viver "more uxorio"?

A primeira pergunta refere-se, em particular, ao n. 305 de "Amoris laetitia" e à nota de pé de página 351. A nota 351, pese embora falar especificamente dos sacramentos da penitência e da comunhão, não menciona, nesse contexto, os divorciados recasados civilmente, como também não o faz o texto principal.

O n. 84 da exortação apostólica "Familiaris consortio", do Papa João Paulo II, já contemplava a possibilidade de admitir os divorciados recasados civilmente aos sacramentos. Mencionavam-se aí três condições:

– as pessoas interessadas não podem separar-se sem cometer uma nova injustiça (poderia acontecer, por exemplo, que fossem responsáveis pela educação dos próprios filhos);

– os interessados assumem o compromisso de viver de acordo com a verdade da própria situação, cessando de viver juntos como se fossem marido e mulher ("more uxorio"), e abstendo-se dos actos próprios dos esposos;

– os interessados evitam dar escândalo (isto é, evitam a aparência do pecado para evitar o risco de levar os outros a pecar).

As condições indicadas em "Familiaris consortio", n. 84, e nos sucessivos documentos acima mencionados mostram-se

imediatamente razoáveis, assim que se recorda que a união conjugal não se baseia apenas na mútua afeição, e que os actos sexuais não são apenas uma actividade mais entre outras que o casal possa praticar.

As relações sexuais são para o amor conjugal. São algo de tão importante, de tão grande bondade e de tão precioso, que requerem um contexto particular: o contexto do amor conjugal. Por conseguinte, não só os divorciados que vivem numa nova união se devem abster, mas também qualquer pessoa que não esteja casada. Para a Igreja, o sexto mandamento, "não cometer adultério", sempre abrangeu qualquer exercício da sexualidade que não fosse conjugal, ou seja, qualquer tipo de acto sexual além do que se tem com o próprio esposo.

Parece que, se fossem admitidos à comunhão os fiéis que iniciaram uma nova união no âmbito da qual vivem como se fossem marido e mulher, a Igreja estaria a ensinar, através de tal prática de admissão, uma das seguintes afirmações a propósito do matrimónio, da sexualidade humana e da natureza dos sacramentos:

– O divórcio não dissolve o vínculo matrimonial, e os parceiros da nova união não estão casados. Apesar disso, as pessoas que não estão casadas podem, em certas condições, realizar legitimamente actos de intimidade sexual.

– O divórcio dissolve o vínculo matrimonial. As pessoas que não estão casadas não podem realizar legitimamente actos sexuais. Os divorciados recasados são esposos legitimamente, e os seus actos sexuais são actos conjugais licitamente.

– O divórcio não dissolve o vínculo matrimonial, e os parceiros da nova união não estão casados. As pessoas que não estão casadas não podem praticar actos sexuais. Por isso, os divorciados recasados civilmente vivem numa situação de pecado habitual, público, objectivo e grave. Todavia, admitir uma pessoa à Eucaristia não significa para a Igreja aprovar o seu

estado de vida público; o fiel pode abeirar-se da mesa eucarística, mesmo com a consciência de pecado grave. Para se receber a absolvição no sacramento da penitência não é sempre necessário o propósito de mudar a própria vida. Por conseguinte, os sacramentos estão desligados da vida: os ritos cristãos e o culto estão numa esfera diferente relativamente à da vida moral cristã.

*

Dúvida número 2:

Continua a ser válido, após a exortação pós-sinodal "Amoris laetitia" (cf. n. 304), o ensinamento da encíclica de São João Paulo II "Veritatis splendor", n. 79, assente na Sagrada Escritura e na Tradição da Igreja, acerca da existência de normas morais absolutas, válidas sem qualquer excepção, que proíbem actos intrinsecamente maus?

A segunda pergunta diz respeito à existência dos assim chamados actos intrinsecamente maus. O n. 79 da encíclica "Veritatis splendor", de João Paulo II, assevera que é possível "qualificar como moralmente má segundo a sua espécie […] a escolha deliberada de alguns comportamentos ou actos determinados, prescindindo da intenção com que a escolha é feita ou da totalidade das consequências previsíveis daquele acto para todas as pessoas interessadas".

Ensina, pois, a encíclica que há actos que são sempre maus, proibidos por aquelas normas morais que obrigam sem admitir qualquer excepção ("absolutos morais"). Estes absolutos morais são sempre negativos, isto é, dizem-nos o que não deveríamos fazer. "Não matar". "Não cometer adultério". Somente as normas negativas podem obrigar sem qualquer excepção.

De acordo com "Veritatis splendor", no caso dos actos intrinsecamente maus, não é necessário qualquer discernimento das circunstâncias ou das intenções. Ainda que um agente secreto pudesse arrancar informações valiosas à mulher de um

terrorista cometendo adultério com ela, tanto que pudesse até salvar a própria Pátria (isto, que soará a um exemplo saído de um filme de James Bond, fora já contemplado por São Tomás de Aquino em De Malo, q. 15, a. 1). João Paulo II afirma que a intenção (neste caso, "salvar a Pátria") não muda a espécie do acto ("cometer adultério"), e que é suficiente saber a espécie do acto ("adultério") para se saber que não se deve praticá-lo.

*

Dúvida número 3:

Depois de "Amoris laetitia" n. 301, pode ainda afirmar-se que uma pessoa que viva habitualmente em contradição com um mandamento da lei de Deus, como, por exemplo, aquele que proíbe o adultério (cf. Mt 19, 3-9), se encontra em situação objectiva de pecado grave habitual (cf. Pontifício Conselho para os Textos Legislativos, Declaração de 24 de Junho de 2000)?

No parágrafo 301, "Amoris laetitia" recorda que a "Igreja possui uma sólida reflexão sobre os condicionamentos e as circunstâncias atenuantes", e conclui que "por isso, já não é possível dizer que todos os que estão numa situação chamada "irregular" vivem em estado de pecado mortal, privados da graça santificante".

Com a Declaração de 24 de Junho de 2000, o Pontifício Conselho para os Textos Legislativos pretendeu clarificar o cânone 915 do Código de Direito Canónico, que determina que "não sejam admitidos à Sagrada Comunhão" aqueles que "obstinadamente perseverem em pecado grave manifesto". A Declaração do Pontifício Conselho afirma que este cânone é aplicável também aos fiéis divorciados e recasados civilmente. Esclarece ainda que o "pecado grave" deve ser entendido objectivamente, dado que o ministro da Eucaristia não tem meios para julgar da imputabilidade subjectiva da pessoa.

Vemos assim que, para a Declaração, a questão da admissão aos sacramentos tem que ver com o juízo da situação de vida objectiva da pessoa, e não com o juízo de que tal pessoa se encontra em estado de pecado mortal. De facto, subjectivamente poderia não ser plenamente imputável, ou até nem sê-lo de todo.

Na mesma linha, na sua encíclica "Ecclesia de Eucharistia", n. 37, São João Paulo II recorda que, "[t]ratando-se de uma avaliação de consciência, obviamente o juízo sobre o estado de graça compete apenas ao interessado". Por conseguinte, a distinção mencionada em "Amoris laetitia", entre a situação subjectiva de pecado mortal e a situação objectiva de pecado grave, já se encontrava bem estabelecida no ensinamento da Igreja.

Contudo, João Paulo II continuava, insistindo em que, "em casos de comportamento externo de forma grave, ostensiva e duradoura contrário à norma moral, a Igreja, na sua solicitude pastoral pela boa ordem comunitária e pelo respeito do sacramento, não pode deixar de sentir-se chamada em causa". Fazendo-o, reafirmava ainda o ensinamento colhido no cânone 915, já mencionado.

Vê-se assim que a questão 3 dos "dubia" pretende que se esclareça se, mesmo depois de "Amoris laetitia", é ainda possível dizer que as pessoas que habitualmente vivem em contradição com o mandamento da lei de Deus, vivem em situação objectiva de grave pecado habitual, mesmo quando, por qualquer razão, não for certo que elas sejam subjectivamente imputáveis quanto à sua transgressão habitual.

*

Dúvida número 4:

Após as afirmações de "Amoris laetitia", n. 302, relativas às "circunstâncias atenuantes da responsabilidade moral", ainda se deve ter como válido o ensinamento da encíclica de São João

Paulo II “Veritatis splendor”, n. 81, assente sobre a Sagrada Escritura e sobre a Tradição da Igreja, segundo o qual: “as circunstâncias ou as intenções nunca poderão transformar um acto intrinsecamente desonesto pelo seu objecto, num acto ‘subjectivamente’ honesto ou defensível como opção”?

No parágrafo 302, “Amoris laetitia” sublinha que “um juízo negativo sobre uma situação objectiva não implica um juízo sobre a imputabilidade ou a culpabilidade da pessoa envolvida”. Os “dubia” fazem menção do ensinamento – tal como foi expresso por João Paulo II em “Veritatis splendor” –, segundo o qual as circunstâncias e as boas intenções jamais podem fazer com que um acto intrinsecamente mau passe a ser um acto bom ou sequer desculpável.

A questão está em saber se “Amoris laetitia” concorda em dizer que qualquer acto que transgrida os mandamentos de Deus, como o adultério, o furto, o perjúrio, consideradas as circunstâncias que mitigam a responsabilidade pessoal, jamais se pode tornar num acto bom ou sequer desculpável.

Continuam estes actos, a que a Tradição da Igreja chamou de pecados graves e maus em si, a ser destrutivos e danosos para quem quer que os cometa, qualquer que seja o estado de responsabilidade moral em que se encontre?

Ou podem estes actos, dependendo do estado subjectivo da pessoa, das circunstâncias e das intenções, deixar de ser danosos e tornar-se louváveis ou, pelo menos, desculpáveis?

*

Dúvida número 5:

Depois de “Amoris laetitia”, n. 303, ainda se deve ter como válido o ensinamento da encíclica de São João Paulo II “Veritatis splendor”, n. 56, assente sobre a Sagrada Escritura e sobre a Tradição da Igreja, que exclui uma interpretação criativa do papel da consciência, e afirma que a consciência

jamais está autorizada a legitimar excepções às normas morais absolutas que proíbem acções intrinsecamente más pelo próprio objecto?

Em “Amoris laetitia”, n. 303, afirma-se que a “consciência pode reconhecer não só que uma situação não corresponde objectivamente à proposta geral do Evangelho, mas reconhecer também, com sinceridade e honestidade, aquilo que, por agora, é a resposta generosa que se pode oferecer a Deus”. Os “dubia” pedem uma clarificação destas afirmações, por isso que as mesmas são susceptíveis de interpretações divergentes.

Para os que propõem a ideia de uma consciência criativa, os preceitos da lei de Deus e a norma da consciência individual podem estar em tensão, ou até em oposição, ao mesmo tempo que a palavra final sempre deveria caber à consciência, que decide em última instância acerca do bem e do mal. De acordo com “Veritatis splendor”, n. 56, “sobre esta base, pretende-se estabelecer a legitimidade de soluções chamadas “pastorais”, contrárias aos ensinamentos do Magistério, e justificar uma hermenêutica “criadora”, segundo a qual a consciência moral não estaria de modo algum obrigada, em todos os casos, por um preceito negativo particular”.

Segundo esta perspectiva, para a consciência moral, jamais será suficiente saber que “isto é adultério”, “isto é homicídio”, para saber se se trata de algo que não pode e não deve fazer-se.

Em lugar disso, dever-se-ia ainda olhar para as circunstâncias e para as intenções, a fim de se saber se um tal acto poderia, apesar de tudo, ser desculpável ou mesmo obrigatório (cf. pergunta 4 dos “dubia”). Para estas teorias, de facto, a consciência poderia decidir legitimamente que, num certo caso, a vontade de Deus para mim consiste num acto mediante o qual eu transgrido um dos seus mandamentos. “Não cometer adultério” passaria a ser visto como uma norma geral, quando muito. Aqui e agora, vistas as minhas boas intenções, cometer adultério

seria, afinal, o que Deus realmente me está a pedir. Nesses termos, seria possível pôr-se a hipótese – no mínimo – de casos de adultério virtuoso, de homicídio legal e de perjúrio obrigatório.

Isto significaria conceber a consciência como uma faculdade para decidir autonomamente acerca do bem e do mal, e a lei de Deus como um fardo que é arbitrariamente imposto e que, a dada altura, poderia opor-se à nossa felicidade.

Sucede, porém, que a consciência não decide do bem e do mal. A ideia de "decisão em consciência" é enganadora. O acto próprio da consciência é o de julgar e não o de decidir. Ela diz tão-só "isto é bom", "isto é mau". Essa bondade ou maldade não dependem dela. O que ela faz é aceitar e reconhecer a bondade ou a maldade de uma acção, e para isso, ou seja, para julgar, a consciência necessita de critérios; ela é inteiramente dependente da verdade.

Os mandamentos de Deus são uma ajuda bem-vinda oferecida à consciência para que colha a verdade e para que, assim, possa julgar segundo a verdade. Os mandamentos de Deus são uma expressão da verdade sobre o bem, sobre o nosso ser mais profundo, mostrando algo de crucial acerca de como viver bem.

Também o Papa Francisco se exprime nestes mesmos termos em "Amoris laetitia", n. 295: "também a lei é dom de Deus, que indica o caminho; um dom para todos sem excepção".

Fonte: Sandro Magister

II. 16/11/2016 "Há, na Tradição da Igreja, a prática da correção ao Sumo Pontífice. Se não houver resposta a essas

questões, então, diria que seria o caso de realizar um ato formal de correção de um grave erro".

Cardeal Burke sobre os *Dubia* acerca de Amoris Laetitia: "Tremenda divisão" justifica ação.

Em uma entrevista exclusiva ao Register, ele discorre sobre porque quatro cardeais foram impelidos a buscar clareza acerca dos elementos controversos da exortação papal.

Por Edward Pentin, National Catholic Register **| Tradução:** — Quatro cardeais fizeram ao Papa Francisco cinco *dubia*, ou "dúvidas", quanto à exortação apostólica *Amoris Laetitia* (A Alegria do Amor), em uma tentativa de esclarecer ambiguidades e confusão em volta do texto. Em 14 de novembro, eles vieram a público com o seu pedido, após tomarem ciência de que o Santo Padre decidiu não responder a suas questões.

Nesta entrevista exclusiva ao *Register*, o Cardeal Raymond Burke, patrono da Soberana Ordem Militar de Matal, explique detalhadamente os objetivos dos cardeais; por que a publicação de sua carta deve ser vista como um ato de caridade, unidade e preocupação pastoral, ao invés de uma ação política; e quais serão os próximos passos se o Santo Padre continuar se negando a responder.

Eminência, o que os senhores pretendem com essa iniciativa?

A iniciativa tem um único objetivo, a saber, o bem da Igreja, que, neste exato momento, passa por uma enorme confusão ao menos quanto a esses cinco pontos. Há, também, diversas outras questões, mas esses cinco pontos críticos estão relacionados com princípios morais irreformáveis. Então, nós, como cardeais, julgamos ser nossa responsabilidade pedir um esclarecimento a respeito dessas questões, com o objetivo de colocar fim à propagação da confusão que, de fato, está levando o povo ao erro.

O senhor tem ouvido muito essa preocupação com a confusão?

Em todo lugar por onde passo. Os padres estão divididos, os padres separados dos bispos, e os próprios bispos entre si. Há uma tremenda divisão que se estabeleceu na Igreja, e essa não é a maneira da Igreja. É por isso que chegamos a um acordo sobre essas questões morais fundamentais que nos une.

Por que o capítulo 8 de Amoris Laetitia é de especial preocupação?

Porque tem sido a fonte de todas essas discussões confusas. Mesmo diretrizes diocesanas estão confusas e em erro. Temos uma espécie de diretriz em uma diocese; por exemplo, afirmando que os padres são livres no confessionário, se julgarem necessário, para permitir a uma pessoa que vive em uma união adúltera, e permanece nessa condição, ter acesso aos sacramentos – enquanto em outra diocese, de acordo com o que sempre foi a prática da Igreja, o padre pode conceder tal permissão àqueles que fazem um firme propósito de emenda, para viver castamente dentro do matrimônio, isto é, como irmão e irmã, e para apenas receber os sacramentos em um local onde não haja risco de escândalo. Isso realmente tem que ser tratado. Mas, depois, há outras questões nos *dubia* além desse ponto particular dos divorciados recasados, que diz respeito ao termo "intrinsecamente mau", com o estado de pecado e com a correta noção de consciência.

Sem o esclarecimento que estão buscando, os senhores estão dizendo, portanto, que um ou outro ensinamento em Amoris Laetitia vão contra o princípio da não-contradição (que afirma que algo não pode ser verdadeiro e falso ao mesmo tempo quanto se tratando do mesmo contexto)?

É claro, porque, por exemplo, se tomarmos a questão do matrimônio, a Igreja ensina que o matrimônio é indissolúvel, segundo a palavra de Cristo, "Aquele que se divorciar de sua mulher e se casar novamente comete adultério". Portanto, se

você é divorciado, não pode entrar em uma relação marital com outra pessoa ao menos que o vínculo indissolúvel ao qual está ligado seja declarado nulo, isto é, não existente. Porém, se você diz, bem, em certos casos, uma pessoa vivendo em uma união matrimonial irregular pode receber a Sagrada Comunhão, então, só pode restar uma das duas: ou o matrimônio realmente não é indissolúvel – como, por exemplo, na espécie de "teoria da iluminação" do Cardeal [Walter] Kasper, que sustenta que o matrimônio é um ideal ao qual não podemos, realisticamente, manter as pessoas. Nesse caso, perdemos o senso da graça do sacramento, que permite aos casados viverem a verdade de sua aliança matrimonial – ou a Sagrada Comunhão não é a comunhão com o Corpo e Sangue de Cristo. É claro, nenhuma das duas é possível. Elas contradizem o ensino constante da Igreja desde o início e, logo, não podem ser verdadeiras.

Alguns verão essa iniciativa pelas lentes da política e a criticarão como um movimento "conservadores vs. liberais", algo que o senhor e os outros signatários rejeitam. Qual é a sua resposta a esse tipo de acusação?

Nossa resposta é simplesmente esta: não estamos tomando alguma espécie de posição dentro da Igreja, como uma decisão política, por exemplo. Os fariseus acusavam Jesus de tomar posição em um dos lados do debate entre os especialistas na lei judaica, mas Jesus absolutamente não fez isso. Ele apelou à ordem que Deus colocou na natureza desde o momento da criação. Ele afirmou que Moisés permitiu o divórcio por causa da dureza de coração, mas não era assim desde o início. Então, estamos apenas apresentando o que a Igreja sempre ensinou e praticou ao fazer essas cinco questões, que abordam o ensino e prática constantes da Igreja. As respostas a essas perguntas fornecem uma ferramenta interpretativa essencial à *Amoris Laetitia*. Elas devem ser expostas publicamente, pois muitas pessoas dizem: "Estamos confusos, e não compreendemos porque os cardeais ou alguém com autoridade não falam e nos ajudam".

É um dever pastoral?

É isso, e posso assegurar que conheço todos os cardeais envolvidos, e trata-se de algo que empreendemos com o maior sentido de nossa responsabilidade enquanto bispos e cardeais. Porém, empreendemos também com o maior respeito pelo Múnus Petrino, porque se ele não defende esses princípios fundamentais da doutrina e disciplina, então, praticamente falando, a divisão entrou na Igreja, o que é contrário à sua própria natureza.

E também o Múnus Petrino, cujo propósito primeiro é a unidade?

Sim, como diz o Concílio Vaticano II, o Papa é o fundamento da unidade dos bispos e de todos os fiéis. Essa ideia, por exemplo, de que o Papa deva ser algum tipo de inovador, que está conduzindo uma revolução na Igreja ou algo do tipo, é completamente alheia ao Múnus Petrino. O Papa é um grande servo das verdades da Fé, como elas foram transmitidas de modo ininterrupto desde o tempo dos apóstolos.

É por isso que o senhor enfatiza que se trata de um ato de caridade e justiça?

Absolutamente. Temos essa responsabilidade perante o povo para quem somos bispos, e uma responsabilidade ainda maior como cardeais, que são os principais conselheiros do Papa. Para nós, permanecer em silêncio sobre essas dúvidas fundamentais, que surgiram como resultado do texto de *Amoris Laetitia*, seria, de nossa parte, uma grave falta de caridade para com o Papa e uma grande falta no cumprimento de nossos deveres de nosso próprio ofício na Igreja.

Alguns podem argumentar que os senhores são apenas 4 cardeais, dentre os quais o senhor é o único que não está aposentado, e que isso não é muito representativo em relação a toda a Igreja. Neste caso, poderiam perguntar: por que o Papa deveria ouvir e responder aos senhores?

Bem, a questão não são os números. A questão é a verdade. No julgamento de Santo Tomás More, alguém disse-lhe que a maioria

dos bispos da Inglaterra aceitaram a ordem do rei, mas ele disse que isso poderia ser verdade, mas que os santos no céu não a aceitaram. Esse é o ponto. Creio que, mesmo que outros cardeais não tenham assinado, eles compartilham a mesma preocupação. Mas isso não me incomoda. Mesmo que fôssemos apenas um, dois ou três, se se trata de algo que é verdadeiro e é essencial à salvação das almas, então, deve ser abordada.

O que acontecerá se o Santo Padre não responder a seu ato de justiça e caridade e deixar de dar o esclarecimento quanto ao ensinamento da Igreja que os senhores esperam?

Então, teríamos que tratar dessa situação. Há, na Tradição da Igreja, a prática da correção ao Sumo Pontífice. Obviamente, é algo muito raro. Porém, se não houver resposta a essas questões, então, diria que seria o caso de realizar um ato formal de correção de um grave erro.

Em um conflito entre a autoridade eclesial e a Sagrada Tradição da Igreja, qual delas é vinculante ao fiel e quem tem autoridade para determinar a respeito?

O que é vinculante é a Tradição. A autoridade eclesial existe apenas a serviço da Tradição. Penso na passagem de São Paulo na carta aos Gálatas (1:8): “Mesmo se um anjo vos pregar qualquer Evangelho diferente do qual eu vos preguei, seja ele anátema”.

Se o Papa ensinar um grave erro ou uma heresia, qual autoridade legítima pode declará-lo e quais seriam as consequências?

É dever, em tais casos, e historicamente já aconteceu, que cardeais e bispos deixem claro que o Papa está ensinando o erro e peçam a ele que o corrija.

III. 21/11/2016 Uma guerra civil está em curso na Igreja.

Por Marco Politi, Il Fatto Quotidiano**, 21 de novembro de 2016 | Tradução:** : Papa Francisco fechou a Porta Santa, mas a sua mensagem é acompanhada pelo ruído de uma crise subterrânea. Uma guerra civil está em curso na Igreja. Um confronto que toca a autoridade do pontífice e seu programa de reformas. Estão em jogo visões opostas sobre o papel da Igreja, o "pecado", a salvação das almas. E como em todas as guerras civis, o conflito não contempla concessões.

Quatro cardeais escolheram estes dias para colocar diretamente sob acusação a teologia de Francisco e seu documento pós-sinodal Amoris Laetitia (que abre o caminho para a comunhão de divorciados novamente casados). Os cardeais atribuem a Bergoglio ter semeado entre os fiéis "a incerteza, confusão e perplexidade" e pedem para que ele "lance luz" sobre o documento. Na carta, no estilo de disputas teológicas, são anexadas os chamados Dubia: "Perguntas sobre questões controversas".

Com um gesto que tem o sabor de um desafio, a carta foi enviada "para informação" também ao responsável oficial da ortodoxia, o cardeal Gerhard Müller, Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé.

Trata-se de um acontecimento absolutamente sem precedentes na história moderna do papado. E a primeira coisa que chama a atenção é o silêncio constrangedor da hierarquia eclesiástica. Nem um cardeal se contrapôs publicamente à sua tese, nem um presidente de Conferência Episcopal, ou um dirigente de uma grande Associação Católica [ndt: posteriormente à divulgação deste artigo, o presidente da Conferência Episcopal da Grécia atacou duramente os cardeais]. E de pensar que, encarando o papel da consciência do qual fala Francisco, os quatro cardeais afirmam que em tal caso, arrisca-se a chegar ao ponto

em que se tornam concebíveis “casos de adultério virtuosos, homicídio legal e perjúrio obrigatório”.

Dois dos cardeais são membros da Cúria: o alemão Walter Brandmüller, ex-presidente do Pontifício Comitê de Ciências Históricas, e o norte-americano Raymond Burke, ex-presidente do Tribunal da Assinatura Apostólica. E dois são arcebispos eméritos de dioceses importantes: Carlo Caffara, um dos prediletos de João Paulo II e Bento XVI, e até 2015 pastor de Bolonha, e Joachim Meisner, um íntimo do Papa Ratzinger, que até 2014 dirigiu a diocese de Colônia.

Liquidar a carta – a qual Francisco respondeu indiretamente em uma entrevista ao Avvenire, denunciando um “certo legalismo que pode ser ideológico – como sendo o lamento de quatro ultra-conservadores é não compreender o confronto subterrâneo que tem se desenvolvido na Igreja Católica nos últimos dois anos. Os quatro são apenas a ponta do iceberg, que está se alargando e se espalhando. Eles também falam por muitos que não se expõem.

Durante anos, os meios de comunicação não entenderam a profundidade do movimento anti-Obama, que provocou em 8 de novembro passado a derrota de sua política. Agora, arriscam repetir o mesmo erro com Francisco. Deslumbrados com o seu carisma e o consenso planetário que goza até mesmo entre os agnósticos e não-crentes, muitos ignoram a escalada sistemática daqueles entre o clero, os bispos, o colégio de cardeais que contestam a teologia da misericórdia do pontífice.

Entre os dois Sínodos houve uma mudança de acento fundamental. Enquanto nas últimas décadas, entre o confronto entre reformistas e conservadores, o pontífice permanecia como “árbitro” para a maioria da hierarquia da Igreja, hoje, ao invés, o Papa tornou-se a parte em causa. Basta ler a última entrevista do Cardeal Burke. A Amoris Laetitia diz ele, “não é o Magistério, pois contém graves ambiguidades que confundem os

fiéis e pode induzi-los ao erro e pecado grave. Um documento que apresenta esses defeitos não pode ser ensinamento perene da Igreja“.

Em dois anos, tem havido um crescimento de ações dissidentes. Antes do Sínodo de 2014, cinco cardeais escreveram um livro em defesa da doutrina tradicional sobre o matrimônio. Em seguida, intervieram com outro livro 11 cardeais de todo o mundo, incluindo personalidades importantes, reconhecidas entre o clero e episcopado. Enquanto isso, cerca de 800 mil católicos, incluindo 100 bispos, assinaram uma petição ao Papa pedindo um bloqueio das inovações. No Sínodo de 2015, 13 cardeais escreveram a Bergoglio questionando a direção que estava tomando a assembleia.

Um movimento sistemático de contestação em que o reformador fez frente apenas timidamente. E, de fato – embora muitos desejam esquecer – na votação no Sínodo de 2015 sobre a Família, foram rejeitadas as teses de uma via penitencial que reconhecesse abertamente a possibilidade de comunhão para divorciados novamente casados. A maioria tradicional deste parlamento mundial de bispos disse “não”. Nesse meio tempo surgiu uma rede de cardeais, bispos, sacerdotes, teólogos e leigos empenhados, signatários de uma “declaração de fidelidade ao ensinamento perene da Igreja sobre o casamento.” Posteriormente, 45 teólogos escreveram (anonimamente) ao Colégio dos Cardeais, sugerindo que certas interpretações da Amoris Laetitia poderiam ser “heréticas”.

O movimento anti-Bergoglio trabalha sobre o tempo. Nos Estados Unidos, a escalada silenciosa subestimada contra Obama levou à derrota dos democratas. Na Igreja Católica, o que está em jogo é o futuro conclave. Hoje, o historiador da Igreja Alberto Melloni fala de “isolamento” do pontífice. E Andrea Riccardi, outro historiador, diz que nunca no século XX um pontífice encontrou tanta oposição entre os bispos e o clero.

Na guerra civil em curso na Igreja, o objetivo é o pós-

Francisco: não deverá subir ao trono papal um homem que leve a cabo o desenvolvimento das reformas iniciadas.

IV. 01/12/2016 A intolerável agressão contra os quatro cardeais.

Eis quem são os novos inquisidores. Um bando de hipócritas e sepulcros caiados, que perseguem há décadas a sua agenda eclesial, usando o Papa para afirmar seu próprio projeto de Igreja.

Por Riccardo Cascioli, 1 de dezembro de 2016 – La Nuova Bussola Quotidiana **| Tradução:** : Eles foram pintados como "velhos imbecilizados", quatro cardeais isolados e fora do mundo, remanescentes de uma Igreja ultrapassada, que vê apenas a rigidez da doutrina e não compreende a misericórdia que entra nas dobras da vida. Em suma, um refugo da Igreja, um apêndice marginal sequer digno de um "sim" ou "não" às suas perguntas.

No entanto, eles devem despertar um grande medo, já que não é de hoje que estamos assistindo a um contínuo assalto de insultos e acusações que se tornaram agora um verdadeiro linchamento midiático contra a quatro cardeais – Raymond Burke, Walter Brandmüller, Carlo Caffara e Joachim Meisner – réus por terem tornado pública as cinco "Dubia" que já foram apresentadas ao Papa Francisco sobre a exortação apostólica *Amoris Laetitia*. Chegamos ao ponto em que temos até pedidos de demissão do Colégio dos Cardeais ou, alternativamente, sugestões para que o Papa remova deles o barrete cardinalício.

Os protagonistas são os mais variados: bispos que querem acertar contas pessoais, ex- filósofos que negam o princípio da não-contradição, cardeais amigos do Papa Francisco, que

apesar da idade não abandonaram os sonhos revolucionários, intelectuais e jornalistas que se vêem como “guardiães da revolução “, e o inevitável Padre Antonio Spadaro, diretor da *La Civiltà Cattolica* e verdadeira eminência parda por trás deste pontificado, tanto que ele se tornou conhecido em Roma como vice-Papa. Este último, pois, como um adolescente qualquer, tornou-se o protagonista de bravatas em redes sociais que deixam qualquer um estupefato: primeiro com um *tweet* dirigido ao Cardeal Burke comparando-o com o “verme idiota” (Grima Wormtongue) da trilogia O Senhor dos Anéis (*tweet* posteriormente deletado); em seguida, ele começou a relançar *tweets* ofensivos contra os quatro partidos cardeais a partir de uma conta *fake* com o título “Habla Francisco” (Fala Francisco), que ontem se descobriu que tem o mesmo endereço de e-mail do Padre Spadaro na *La Civiltà Cattolica*. E, em seguida, o inevitável Alberto Melloni, ponto de referência da escola de Bolonha, que trabalha por uma reforma da Igreja, fundada sobre o “espírito” do Concílio Vaticano II.

É um verdadeiro e próprio tribunal da Inquisição que, ao atingir os quatro, tem a intenção clara de intimidar qualquer um que tenha a intenção de fazer perguntas até mesmo simples, e ainda mais aqueles que se atrevam a externar sua perplexidade.

É uma atitude preocupante, uma defesa do Papa no mínimo suspeita por parte daqueles que desafiaram e contestaram abertamente os predecessores do Papa Francisco. E tudo isso só por terem feito perguntas simples, pedindo esclarecimento sobre a Exortação Apostólica *Amoris Laetitia* que, como qualquer um pode ver, deu origem a interpretações conflitantes e certamente não conciliáveis. A este respeito, deve ser lembrado que a “Dubia” é uma ferramenta muito usada na relação entre bispos e a Congregação para a Doutrina da Fé (e através dela, ao Papa). A novidade neste caso é simplesmente o fato de terem tornado pública esta “Dubia”, mas, ainda assim, só depois de dois meses de espera em vão por uma resposta, é que

os quatro cardeais legitimamente interpretaram como um convite para prosseguir com a discussão.

No entanto, para Melloni se trata de “um ato sutilmente subversivo, parte de um jogo potencialmente devastador, com instigadores ocultos, conduzidos sobre o fio de uma história medieval”. Ato subversivo, é o que dirá Melloni em outra entrevista, porque fazer perguntas significa colocar o Papa sob acusação, um método de inquisição. Coisa incrível: pedir esclarecimentos tornou-se atividade subversiva, ato próprio da Inquisição. E os “instigadores ocultos”? Acusações vagas, cenários fantasiosos, mas que devem dar a impressão de uma conspiração para ser confrontada com uma decisão. E, de fato, aqui está o próximo passo: “Quem fizer ataques como este (…) é alguém que tem como objetivo dividir a Igreja”, diz ele. E por isso aqui estão as consequências esperadas: “… no direito canônico é um crime, passível de punição”.

“Algo verdadeiramente criminoso, porque eles querem dividir a Igreja“. Pouco importa se a realidade é exatamente o oposto: o que os leva a dirigir as perguntas ao Papa é justamente a constatação da divisão na Igreja provocada pelas interpretações opostas da *Amoris Laetitia*.

Há um forte mal cheiro de maoísmo na Igreja, rumores da Guarda Vermelha e da vanguarda revolucionária. Só faltam agora os campos de reeducação. Aliás, parece que já temos também esses, de acordo com o que propõe o próprio Melloni. Na verdade, isso explica por que o Papa Francisco não usou com Monsenhor Lucio Vallejo Balda – nos cárceres do Vaticano por causa do escândalo *Vatileaks* – aquela mesma clemência que ele não cansa de pedir para os encarcerados em vários países do mundo: “No final do Jubileu se entende o porquê: Papa Francisco não via naquele processo um procedimento penal, mas um gesto pedagógico contra os adversários “que se arriscam muito”. Em suma, atingir um para educar um cento.

Trata-se de uma leitura realmente preocupante, ainda mais

quando se considera que os que hoje se lançam em defesa do Papa por causa de um simples esclarecimento de questões, algo que deveria ser normal, até ontem desafiavam abertamente os predecessores do papa Francisco. Aliás, eles vêem hoje no Papa Francisco a oportunidade de apagar tudo o que ensinaram Paulo VI e João Paulo II sobre a família. A encíclica *Humanae Vitae* (Paulo VI) e a Exortação Apostólica *Familiaris consortio* (João Paulo II) há muito têm sido o alvo de uma série de Conferências Episcopais da Europa (Áustria, Alemanha, Suíça, Bélgica) e no recente Sínodo sobre a família, por duas vezes.

E qual deles ficou chocado quando o cardeal Carlo Maria Martini escreveu claramente (Conversas noturnas em Jerusalém), que a *Humanae Vitae* produziu "danos significativos" com a proibição da contracepção porque "muitas pessoas se afastaram da Igreja e a Igreja do povo"? E quando ele disse que desejava um novo documento papal que superasse esses documentos, especialmente depois que João Paulo II seguiu "o caminho de uma aplicação estrita" da *Humanae Vitae*? Certamente nenhum deles, porque o que importa não é a objetividade do Magistério (cuja referência é a Revelação de Deus), mas o projeto ideológico desses dissidentes de vanguarda que se acham intérpretes da vontade popular.

E, então, há uma íntima coerência no fato de que os papistas de hoje são exatamente os rebeldes de ontem. Sim, os rebeldes. Porque de Paulo VI em diante, esses bispos e intelectuais, esses mestres da obediência ao Papa, declararam guerra ao Magistério se este não inclui o espírito do Vaticano II; assinavam manifestos, documentos e apelos nos quais contestavam abertamente o Papa reinante, fosse Paulo VI, João Paulo II ou Bento XVI. Recordemos pelo menos o documento pesado do conhecido moralista alemão Bernard Haring, em 1988, contra João Paulo II, que tanto apoio recebeu em toda a Europa, seguido logo após pela Declaração de Colônia, em 1989, com o mesmo conteúdo e assinada por numerosos teólogos e

influentes alemães, austríacos, holandeses e suíços. Na Itália, tal declaração foi favoravelmente acolhida, entre outros, por Giovanni Gennari, que hoje é o guardião da ortodoxia nas colunas do jornal *Avvenire*.

Da mesma forma, no mesmo ano chegava na Itália o documento de 63 teólogos, uma "Carta aos cristãos" publicada nas colunas do *Il Regno*, em que se contesta abertamente o magistério de João Paulo II. E no elenco dos signatários estão nomes conhecidos que se infiltraram nos seminários e universidades pontifícias nas últimas décadas, criando um verdadeiro e próprio magistério paralelo do qual hoje vemos os frutos amargos. Faziam-se de vítimas, mas todos fizeram carreiras brilhantes, alguns chegaram mesmo a se tornar bispos como o monsenhor Franco Giulio Brambilla, atualmente bispo de Novara e na corrida para suceder o cardeal Angelo Scola em Milão. Mas, por coincidência, entre as assinaturas encontramos o inevitável Alberto Melloni, com seus colegas da Escola de Bolonha (Giuseppe Alberigo na cabeça), o prior da Comunidade de Bose Enzo Bianchi, Dario Antiseri e Attilio Agnoletto.

Eles são os mesmos que continuaram a atacar publicamente Bento XVI, mesmo com provocações ostensivas no tocante à interpretação correta do Concílio Vaticano II que Melloni, Bianchi & cia, sempre consideraram como um caminho radical e irreversível "na compreensão da fé da Igreja", contra a hermenêutica da reforma na continuidade explicada pelo Papa Ratzinger. E como poderíamos esquecer a rasgação de vestes desses mesmos senhores por causa da remoção das excomunhões dos lefebvrianos, ao passo que agora nem sequer um suspiro se levantou por causa das aberturas unilaterais de Francisco?

Estes são os personagens que hoje pretendem julgar cardeais, bispos e leigos preocupados com a grave confusão que se instaurou na Igreja. Um bando de hipócritas e sepulcros caiados, que perseguem há décadas a sua agenda eclesial, usando o Papa para afirmar seu próprio projeto de Igreja, e que hoje se permitem a arrogância dos que se acham no comando

de uma bem-sucedida e alegre máquina de guerra. Estes são os verdadeiros fundamentalistas, apoiados por uma imprensa complacente que não vê a hora de apagar definitivamente todos os traços da identidade Católica. Mas, que infelizmente para eles, não sucumbirá.

V. 16/12/2016 Cardeal Burke defende signatários de 'dubia' em entrevista bombástica à EWTN.

Por LifeSiteNews **— 16 de dezembro de 2016 | Tradução:** : No programa "The World Over with Raymond Arroyo" da última quinta-feira, o Cardeal Raymond Burke respondeu àqueles dentro da Igreja que estão criticando a ele e a outros três cardeais por pedirem esclarecimentos morais sobre *Amoris Laetitia*. Ele afirmou que os cardeais não estão criando divisão, mas "abordando" a divisão já existente dentro da Igreja. Ele também insiste que ele "nunca" fará parte de um cisma por defender a Fé Católica, e que ataques contra o matrimônio desestabilizam a Igreja e a sociedade.

Cardeal Burke e Dom Athanasius Schneider na Marcha pela Vida, em Roma, 8 de maio de 2016.

Burke diretamente respondeu às afirmações feitas pelos colaboradores próximos do Papa, padre Antonio Spadaro e Cardeal Cristoph Schönborn, sobre Amoris Laetitia. Em particular, ele se referiu à declaração de Spadaro de que o Papa Francisco já respondeu ao dúbia dos quatro cardeais ao aprovar as diretrizes lançadas pelos bispos de Buenos Aires, que permitiram a Comunhão a divorciados recasados. Burke também respondeu à afirmação do Papa Francisco de que pessoas que são excessivamente "rígidas" quanto à defesa da doutrina sofrem de um tipo de "condição".

Respondendo à afirmação de Spadaro de que Burke e os outros três cardeais estão tentando “potencializar” a divisão e tensão na Igreja, Burke disse, “de fato, estamos tentando tratar da divisão que já está muito potencializada, para usar a expressão dele”.

“Somente quando essas questões, que foram apresentadas segundo a maneira tradicional de resolver questões na Igreja, e que têm relação com matérias muito sérias, somente quando essas questões forem adequadamente respondidas a divisão será dissipada”, afirmou Burke. “Porém, como está acontecendo agora, na medida em que isso continuar, a divisão somente crescerá e, é claro, o fruto da divisão é o erro. E aqui estamos falando sobre a salvação das almas, pessoas levadas a erro em matérias que têm a ver com a sua salvação eterna. Então, o padre Spadaro está muitíssimo errado nessa afirmação”.

Burke declarou estar “muitíssimo ofendido” pela recente afirmação de padre Spadaro de que o Papa Francisco não responde a questões “binárias”.

“É o papel do papa, como pastor da Igreja universal, como guardião da unidade dos bispos e de todo o Corpo de Cristo, responder a essas questões”, disse Burke. “Sugerir que fazer essas questões é sinal de falta de sinceridade é profundamente ofensivo. Posso assegurar que, por mim, e conheço os outros cardeais envolvidos, nós nunca levantaríamos questões a menos que tivéssemos a mais profunda e sincera preocupação pela própria Igreja e por cada um dos fiéis”.

O Papa Francisco “deu sua própria opinião” sobre a Comunhão a divorciados recasados, mas “a questão só pode ser respondida em termos do que a Igreja sempre ensinou e praticou”, declarou Burke. “Não é uma questão de… alguma ideia especulativa que eu possa ter sobre como abordar essas questões, mas de como Cristo em sua Igreja trata essas questões?…. até que se dê essa resposta, nós permanecemos em um estado de confusão”.

Burke e Arroyo discutiram as aparentes incompatibilidades de Amoris Laetitia com trechos da exortação Familiaris Consortio do Papa S. João Paulo II e a afirmação de Schönborn de que se trata de uma “evolução” do ensinamento da Igreja.

“Não se pode ter um amadurecimento de um ensinamento que é uma ruptura com o próprio ensinamento, que é um rompimento com esse ensinamento”, disse Burke. “As afirmações do Cardeal Schönborn a esse respeito não refletem o que se chama de desenvolvimento doutrinal – em outras palavras, através da reflexão da Igreja ela aprofunda sua apreciação de um ensinamento e ajuda os fiéis a praticar esse ensinamento. Neste caso, trata-se de uma completa ruptura com o ensinamento da Igreja, um completo distanciamento em relação ao que a Igreja sempre ensinou e praticou. Um amadurecimento é algo orgânico, onde se vê que aquilo que a Igreja vem ensinando sobre o matrimônio agora é expresso com maior plenitude”.

Burke denunciou a “politização da Igreja” que ocorreu com os ataques aos quatro cardeais, através dos meios de comunicação, realizados pelos defensores de um relaxamento na prática da Igreja. Essa “politização” é “muito aumentada por todas essas formas de intervenção midiática, é muito prejudicial e estão causando um grande dano ao bem comum na Igreja”, afirmou.

“Eu percebo que um espírito mundano, um espírito terreno entrou na Igreja, que divide seus membros em vários campos: liberais e conservadores”, disse Burke, sendo esses últimos “os ‘fundamentalistas’, como alguns adoram aqueles de nós que estamos lutando para defender o ensinamento constante da Igreja”.

Burke também respondeu à recente entrevista de Dom Athanasius Schneider na qual ele explicou a “estranha forma de cisma” que se dá hoje na Igreja. Schneider enfatizou como “muitos eclesiásticos guardam uma unidade formal com o Papa, por vezes, para o bem de suas próprias carreiras e por uma espécie de papolatria”, mas, “ao mesmo tempo, romperam os laços com

Cristo, a Verdade, e com Cristo, a verdadeira cabeça da Igreja". Fizeram-no ao negar a verdade do matrimônio e ao aderir "a um evangelho da liberdade sexual" que rompe com o sexto mandamento, afirmou.

Burke falou do assunto na mesma linha de Schneider, explicando que os que defendem o ensinamento perene da Igreja são o contrário dos cismáticos.

"De minha parte, nunca serei parte de um cisma", disse Burke. "Sou Católico Romano e defender a Fé Católica Romana não é a causa de me separar da Igreja. E, então, eu simplesmente pretendo continuar a defender a Fé por amor a Nosso Senhor e por seu Corpo Místico, por meus irmãos e irmãs na Igreja, e creio que os outros cardeais têm o mesmo espírito".

Quando Arroyo questionou Burke sobre as afirmações do Papa Francisco de que pessoas que estão "meio que presas em sua 'rigidez' quanto a doutrina e, por outro lado…, sofrem de uma compulsão ou condição", o Cardeal afirmou que os dúbia "não são reações de pessoas que sofrem de desordens emocionais".

"Nossa apresentação de cinco perguntas é feita com grande serenidade e respeito", disse. "Estarmos profundamente preocupados com a verdade da doutrina da Fé e sua integridade não é sinal de enfermidade".

VI. 19/12/2016 Os oitenta anos do Papa Francisco.

Por Roberto de Mattei, "Il Tempo"**, 16 de dezembro de 2016 | Tradução: Hélio Dias Viana – :** O Papa Francisco transpõe o limiar do seu 80º aniversário: *Ingravescentem aetatem* (idade avançada), conforme a define Paulo VI no *motu proprio* de 21 de novembro de 1970, cuja chegada impõe a todos os cardeais abandonar seus cargos, tirando-lhes até o direito de entrar

no conclave. Paulo VI estabeleceu a regra para criar uma nova cúria “montiniana”, mas introduziu assim uma profunda contradição no âmago de uma prática mais do que milenar da Igreja. Porque se a idade é obstáculo para a condução de uma diocese ou de um dicastério, e até mesmo impede um cardeal de eleger um Papa, como se pode imaginar que, completados oitenta anos, possa um cardeal que se tornou Papa suportar o peso de guiar a Igreja universal?

Não são essas, contudo, as considerações que levaram o Papa Francisco a declarar em 12 de dezembro: “Eu tenho a sensação de que meu pontificado será breve, 4, 5 anos. […] Talvez não, mas tenho a sensação de que o Senhor me colocou aqui por pouco tempo. Mas é um sentimento, por isso deixo sempre a possibilidade aberta”. A verdadeira razão de uma possível abdicação parece ser não um enfraquecimento das forças, mas a consciência do Papa Bergoglio de ter-se embrenhado, menos de três anos após a sua eleição, naquilo que foi definido por Antonio Socci no “Libero” como o inexorável “crepúsculo de um pontificado” (20 de novembro de 2016).

O projeto Papa Francisco de “reformar” a Igreja com a ajuda do Sínodo dos Bispos e de colaboradores dóceis enguiçou, e o balanço do Jubileu foi mais do que decepcionante. “O Papa Francisco fechou a porta santa, mas sua mensagem é acompanhada pelo ruído de uma crise subterrânea. Uma guerra civil está em curso na Igreja”, escreveu Marco Politi em “Il Fatto quotidiano” (21 de novembro de 2016). O conflito foi aberto, premeditadamente ou não, pelo próprio Papa Francisco, especialmente após a exortação *Amoris laetitia*, e hoje a Igreja não avança, mas afunda numa terra sulcada pelas fissuras de profundas divisões.

Alguém comparou o fracasso do pontificado do Papa Francisco ao de Barack Hussein Obama. Em três anos consumou-se em Roma aquilo que em Washington tardou oito anos: a passagem da euforia da primeira hora à depressão final, pelo fracasso total dos objetivos almejados.

Mas seria errado ler o pontificado do Papa Francisco em termos puramente políticos. Ele nunca poderia pronunciar o “yes, we can” de Obama. Para um Papa, diferentemente de um político, nem tudo é possível. O Sumo Pontífice tem poder supremo, pleno e imediato sobre toda a Igreja, mas não pode alterar a lei divina que Jesus Cristo deu à Igreja, nem a lei natural que Deus inscreveu no coração de cada homem. É o Vigário de Cristo, mas não o seu sucessor. O Papa não pode mudar as Sagradas Escrituras, nem a Tradição, que são a regra remota da fé da Igreja, mas deve submeter-se a elas.

É este o impasse diante do qual se encontra hoje o Papa Bergoglio. Os “dubia” apresentados pelos quatro cardeais (Brandmüller, Burke, Caffara e Meisner) à Congregação para a Doutrina da Fé o colocaram num beco sem saída. Face ao teor da Exortação Apostólica *Amoris laetitia*, os cardeais pedem ao Papa para responder claramente com um sim ou com um não às seguintes questões: os divorciados que voltaram a casar no civil e não querem abandonar a situação objetiva do pecado em que se encontram têm o direito a receber o Sacramento da Eucaristia? E, de modo mais geral: a lei divina e natural ainda é absoluta, ou em alguns casos permite exceções?

A resposta atinge os fundamentos da moral e da fé católica. Se aquilo que era verdade ontem não o é hoje, aquilo que é verdade hoje poderia não sê-lo amanhã. Mas caso se admita que a moralidade pode sofrer uma mutação de acordo com os tempos e as circunstâncias, a Igreja está destinada a afundar-se no relativismo da sociedade fluida de nossos dias. Caso contrário, será então preciso remover o cardeal Vallini, Vigário de Roma, que na sua exposição durante o encontro da Conferência Pastoral da diocese do Papa, em 19 de setembro, disse que os divorciados novamente casados podem ser admitidos à comunhão, de acordo com um “discernimento que distinga adequadamente cada caso”. Sua posição foi adotada em 2 de dezembro pelo jornal “Avvenire”, órgão da Conferência Episcopal Italiana, segundo o qual as disposições de *Amoris*

laetitia eram “palavras muito claras sobre as quais o Papa colocou o seu i*mprimatur*”.

Mas pode o Papa atribuir ao “discernimento” dos pastores o direito de quebrar a lei divina e a lei natural das quais a Igreja é a guardiã? Se um Papa tentar mudar a fé da Igreja, ele renuncia explícita ou implicitamente ao seu mandato como Vigário de Cristo e, mais cedo ou mais tarde, será obrigado a renunciar ao pontificado. A hipótese de uma reviravolta como esta não pode ser excluída no decurso de 2017. A abdicação voluntária tornaria possível ao Papa Francisco abandonar o campo como um reformador incompreendido, imputando à rigidez da Cúria a responsabilidade pelo seu fracasso. Se isso vier a acontecer, é mais provável que ocorra após o próximo Consistório, que permita ao Papa Bergoglio introduzir no Sacro Colégio um novo grupo de cardeais próximos dele, para influenciar a escolha de seu sucessor. A outra hipótese seria a de uma correção fraterna da parte dos cardeais, a qual, uma vez tornada pública, equivaleria a uma constatação de erro ou heresia.

Nada de mais errado, em qualquer caso, do que as palavras do cardeal Hummes: “São quatro cardeais. Nós somos duzentos”. Além do fato de que a fidelidade ao Evangelho não se mede de acordo com critérios numéricos, os duzentos cardeais aos quais se refere o cardeal Hummes nunca se distanciaram de seus quatro confrades, mas com o seu silêncio de algum modo tomaram distância do Papa Francisco. As primeiras declarações de apoio aos *dubia*, tanto pelo cardeal Paul Josef Cordes, ex-presidente emérito do Pontifício Conselho Cor Unum, quanto pelo Cardeal George Pell, Prefeito da Secretaria para a Economia, são significativas. Alguns já começam a quebrar o silêncio. Não são duzentos, mas são certamente mais de quatro.

VII. 26/12/2016 "É preciso que os fiéis saibam: *Amoris Laetitia*, não pode mudar o Magistério da Igreja". Explosivo: Íntegra da entrevista do Cardeal Burke à EWTN – com legendas em português.

Spadaro acusa: "Estão tentando alimentar tensão e criar divisão na Igreja". Burke responde: "A divisão já foi alimentada. Aonde quer que eu vá, encontro bispos, padres e fiéis confusos".

VIII. 28/12/2016 Francisco segundo Der Spiegel: "Não excluí a hipótese de que eu seja lembrado como o Papa que, na história da Igreja Católica, a dividiu".

Cardeal Brandmüller, um dos signatários do dubia: *"Quem quer que que considere compatíveis o adultério e a recepção dos Sagrados Mistérios é um herege e dirige-se a um cisma certo".*

Por Walter Mayr – Der Spiegel, Roma, 23 de Dezembro de 2016 | Tradução: **Georges-François Sassine – :** O Salmo 118 ressoa como um gracejo carregado. "Este é o dia que o Senhor fez, alegremo-nos", diz solenemente o Cardeal Decano Angelo Sodano, a partir da leitura daquele livro do Antigo Testamento, e olha com expectativa para o Papa. Já este, olha para o espaço.

É a última manhã de sábado na Capela Paulina do Vaticano, pouco depois das oito horas. Meia centena cardeais residentes em Roma, vestidos com seus paramentos e solidéus púrpuras, alinham suas perspectivas para honrarem uma devoção comum com o Papa, pela ocasião de seu 80º aniversário.

Como se sentam os dignatários presentes, os quais contemplam o afresco de Michelangelo sobre a Crucificação de São Pedro, e o poderoso homem situado à esquerda do altar, a distância é

quase palpável. “Tenha a certeza de que permanecemos próximos”, reafirma o Cardeal Decano para Francisco. Mas a expressão soa estranhamente vazia.

A poucos metros da Capela Paulina, acima da sacristia de São Pedro, resiste, entretanto, um idoso prelado alemão: Walter Brandmüller se desculpou por seu estado de fragilidade e felicitou o Papa por meio de carta. É a segunda carta enviada a Francisco pelo cardeal alemão, de 87 anos de idade.

A primeira carta foi nada menos que aquela assinada por Brandmüller e três colegas cardeais – o alemão Joachim Meisner, o americano Raymond Burke e o italiano Carlo Caffara – exigindo do Papa a resposta sem ambiguidade a cinco “dubia” – dúvidas sobre a exortação apostólica “Amoris Laetitia”. Entende-se, segundo os autores, que somente desta maneira podem ser tratadas e dissipadas a “desorientação grave e grande confusão” causadas pela exortação apostólica entre os fiéis.

A carta dirigida ao Pontífice teve caráter pessoal e foi posta em cópia apenas para a Congregação realmente competente, liderada pelo também alemão Gerhard Ludwig Müller, e mostra onde a ala conservadora católica localiza a fonte de todos os problemas. O Papa Francisco respondeu à admissível, porém surpreendente, carta de seus irmãos na Fé com a máxima pena: ele ignorou a carta e se recusou a dar qualquer resposta.

“TRATA-SE DA QUESTÃO CENTRAL”

Notavelmente, em uma passagem do seu discurso de Natal dirigido à Cúria na última 5ª feira, Francisco demonstrou sua percepção de que ele se vê em via de ser atingido. Ele falou de “maliciosas formas de resistência”, as quais almejam apenas suscitar culpas sobre ele, debaixo da pretensão de luta pela manutenção da Tradição, em conteúdo e forma de expressão.

“O Papa está cozinhando [de raiva]“, diz o vaticanista Edward Pentin, o qual conduz suas fontes desde a Casa Santa Marta onde Francisco mora. O centro da disputa é uma nota de rodapé à questão de saber se os divorciados recasados devem ou não ser admitidos à Sagrada Comunhão. Em verdade, porém, diz cardeal Walter Brandmüller desde seu apartamento, perto da Basílica de São Pedro “Neste ponto, falando coloquialmente sobre a questão central: se há uma decisão significativa, o assunto e a decisão tornam-se matéria séria – sabidamente o núcleo do todo, relativo à Doutrina da Fé“.

O Papa e o Cardeal Walter Kasper, que são teologicamente alinhados, tendem a enfraquecer preceitos centrais da fé católica e a deixar questões de interpretação (responsabilidade de bispos e padres) relegadas meramente ao cotidiano local de cada caso. Isso ataca diretamente as bases da Igreja Universal: “Quem quer que que considere compatíveis o adultério e a recepção dos Sagrados Mistérios é um herege e dirige-se a um cisma certo”. As Escrituras, de acordo com o Cardeal Brandmüller, não é uma loja self-service: “*De acordo com São Paulo Apóstolo, somos participantes dos Divinos Mistérios, mas não podemos assumir a participação como um direito incondicionalmente à disposição.*“

“CAOS PURO”

A primeira impressão: alguns teimosos e idosos cardeais entram novamente em disputa contra um papa incansavelmente reformista. Mas, desta vez, parece que há mais em jogo. Francisco encontra-se cada vez mais solitário, desmoralizado pela resistência na Cúria e pela falta de coragem para que mudanças estruturais sejam efetuadas. “Bergoglio, escolhido em 2013, já não é reconhecido por muitos na pessoa de Francisco”, diz um confidente do Papa.

O Ano Santo da Misericórdia tem sido palco de “um tema que cobre tudo, ao mesmo tempo que deixa tudo em aberto”. Este mesmo ano tem observado um número de fiéis muito abaixo das

expectativas. Além disso, a reestruturação da Cúria se mostra hesitante na sua realização, “puro caos, segundo relatado de gabinetes individuais”. E a loquacidade ininterrupta do Papa prepara problemas adicionais: que ele impute à mídia e seu público uma “tendência para coprofagia” (a ingestão de excrementos), o que deve aliená-lo de seus adjuntos mais próximos.

No entanto, o pontífice argentino luta pelo seu legado. Às cinco da manhã, a luz dele está acesa em Santa Marta, enquanto nos demais nos apartamentos dos veneráveis prevalece o silêncio e só pode ser ouvido o barulho de gaivotas sobre a praça de São Pedro. Entretanto, tempo é algo que Francisco já não dispõe de muito. Seu prazo de pontificado, de quatro ou cinco anos segundo ele mesmo prescreveu-se, deve expirar em breve.

Os críticos do Papa, dentro e fora dos muros do Vaticano, no entanto, ainda podem ser surpreendidos. No círculo menor, Francisco é mencionado por ter autocrítica, tendo já declarado: “Não excluí a hipótese de que eu seja lembrado como o Papa que, na história da Igreja Católica, a dividiu”.

IX. 16/01/2017 Cardeal Caffarra: “Somente um cego pode negar que haja uma grande confusão”.

Abaixo, publica uma importantíssima entrevista do Cardeal Carlo Cafarra, arcebispo emérito de Bologna e atualmente uma das maiores autoridades em Teologia Moral, acerca dos dubia recentemente apresentados ao Papa Francisco. Pedimos aos nossos leitores que **leiam atentamente e, para o bem da Igreja, divulguem essa entrevista**. *Diante das retaliações esboçadas contra o Cardeal Burke, Cafarra vem a público mostrar que o tema não é a conduta pessoal desse ou daquele cardeal, mas* **as**

contradições de Amoris Laetitia. *De certo modo, ele devolve o tema ao debate, e num nível muito elevado. É realmente confortante podermos ler declarações tão lúcidas, nas quais se sente o seu amor à Igreja, a sua fidelidade à doutrina, a sua retidão de consciência e a serenidade de quem sabe estar cumprindo um dever. São palavras dignas de um bispo da Igreja!*

* * *

Entrevista com Cardeal Caffarra: "A divisão entre os pastores é a causa da carta que enviamos a Francisco. Não o seu efeito. Insultos e ameaças de sanções canônicas são coisas indignas". "Uma Igreja com pouca atenção à doutrina não é mais pastoral, é apenas mais ignorante".

Por Matteo Matzuzzi, Il Foglio**, 14 de janeiro de 2017 | Tradução:**

Bolonha. "Creio que devam ser esclarecidas diversas coisas. A carta, – e os *dubia* anexos –, foi longamente refletida, durante meses, e longamente discutida entre nós. Pelo que me diz respeito, foi também objeto de longas orações diante do Santíssimo Sacramento". O cardeal Carlo Caffarra coloca estas premissas, antes de iniciar a longa conversa com '*Il Foglio*', sobre a hoje célebre carta "dos quatro cardeais", enviada ao Papa para pedir-lhe esclarecimentos em relação a *Amoris Laetitia*, a exortação que tirou as conclusões do duplo Sínodo sobre a família e que tanto debate, – nem sempre com nobreza e elegância –, desencadeou dentro e fora dos muros vaticanos.

"Estávamos conscientes de que o gesto que estávamos realizando era muito sério. As nossas preocupações eram duas. A primeira era a de não escandalizar os pequenos na fé. Para nós, pastores, este é um dever fundamental. A segunda preocupação era que nenhuma pessoa, crente ou não crente, pudesse encontrar na carta expressões que, mesmo remotamente,

parecessem ainda que uma mínima falta de respeito para com o Papa. O texto final, portanto, foi fruto de diversas revisões: textos revisados, rejeitados, corrigidos". Colocadas estas premissas, Caffarra entra no assunto.

"O que nos levou a este gesto? Uma consideração de caráter geral-estrutural e outra de caráter contingente-conjuntural. Comecemos com a primeira. Existe para nós, cardeais, o grave dever de aconselhar o Papa no governo da Igreja. É um dever, e os deveres obrigam. Há também o fato, de caráter mais contingente, – que somente um cego pode negar –, que na Igreja existe uma grande confusão, incerteza, insegurança, causada por alguns parágrafos da *Amoris Laetitia*. O que está acontecendo nos últimos meses é que, sobre as mesmas questões fundamentais em relação à economia sacramental (matrimônio, confissão e Eucaristia) e a vida cristã, alguns bispos disseram A, outros disseram o contrário de A. Com a intenção de bem interpretar os mesmos textos".

E "este é um fato, inegável, porque os fatos são teimosos, como dizia David Hume. O caminho de saída deste 'conflito de interpretações' seria o recurso aos critérios interpretativos teológicos fundamentais, utilizando os quais penso ser possível mostrar razoavelmente que *Amoris Laetitia* não contradiz a *Familiaris Consortio*. Pessoalmente, nos encontros públicos com leigos e sacerdotes, sempre segui este caminho". Não foi suficiente, observa o arcebispo de Bolonha. "Entendemos que este modelo epistemológico não era suficiente. O contraste entre estas duas interpretações continuava. Havia um único modo para resolvê-lo: pedir ao autor do texto, interpretado de duas maneiras contraditórias, qual é a interpretação correta. Não há outro caminho. Colocava-se, em seguida, o problema sobre o modo pelo qual dirigir-se ao Pontífice. Escolhemos um caminho muito tradicional na Igreja, os assim chamados 'dubia'".

Por que? "Porque tratava-se de um instrumento pelo qual, caso o Santo Padre, segundo o seu soberano julgamento, tivesse

querido responder, não seria obrigado a respostas elaboradas e longas. Deveria responder apenas ‘Sim’ ou ‘Não’. E remeter, como frequentemente os Papas o fizeram, aos autores de comprovado saber (em latim, ‘*probati auctores*‘), ou pedir à Doutrina da Fé que publicasse uma declaração adicional pela qual fosse explicado o ‘Sim’ ou o ‘Não’. Parecia-nos o caminho mais simples. A outra questão que se colocava era se isto deveria ser feito privada ou publicamente. Refletimos e concordamos que teria sido uma falta de respeito tornar tudo público desde o início. Assim, o fizemos de modo privado, e somente quando tivemos a certeza que o Santo Padre não teria respondido, decidimos publicar”.

Este é um dos pontos sobre os quais mais se discutiu, e que deram origem a polêmicas relacionadas. Por último, veio o cardeal Gerhard Ludwig Müller, prefeito do ex Santo Ofício, que julgou como um erro a publicação da carta. Caffarra explica. “Interpretamos o silêncio como autorização para prosseguir o debate teológico. E, ademais, o problema envolve tão profundamente tanto o magistério dos bispos, (que, não esqueçamos, o exercem não por delegação do Papa, mas pelo próprio sacramento que receberam), como a vida dos fiéis. Uns e outros têm o direito de saber. Muitos fiéis e sacerdotes diziam: ‘mas os senhores cardeais, em uma situação como esta, têm o dever de intervir junto ao Santo Padre; senão, para que existem, se não ajudam o Papa em questões tão graves?’ Começava a produzir-se o escândalo de muitos fiéis, como se nós estivéssemos nos comportando como os cães que não ladram, dos quais fala o Profeta. Isto é o que há por trás daquelas duas páginas”.

Mesmo assim, as críticas choveram, inclusive de irmãos bispos ou monsenhores de cúria: “Algumas pessoas continuam a dizer que nós não somos dóceis ao magistério do Papa. É falso e calunioso. É exatamente porque não queremos ser indóceis que escrevemos ao Papa. Eu posso ser dócil ao magistério do Papa se sei o que o Papa ensina em matéria de fé e de vida cristã.

Mas o problema é exatamente este: que sobre alguns pontos fundamentais não se entende bem o que o Papa ensina, como o demonstra o conflito de interpretações entre os bispos. Nós queremos ser dóceis ao magistério do Papa, mas o magistério do Papa deve ser claro. Nenhum de nós, – diz o arcebispo de Bolonha –, quis 'obrigar' o Santo Padre a responder: na carta falamos de soberano julgamento. Simples e respeitosamente fizemos perguntas. Finalmente, não merecem atenção as acusações de querermos dividir a Igreja. A divisão, já existente na Igreja, é a causa da carta, não o seu efeito. São, ao contrário, coisas indignas dentro da Igreja, sobretudo em um contexto como este, os insultos e as ameaças de sanções canônicas". Na introdução da carta reconhecemos "uma grave perplexidade de muitos fiéis e uma grande confusão sobre questões muito importantes para a vida da Igreja".

Em que consistem, especificamente, a confusão e a perplexidade? Responde Caffarra: "Recebi uma carta de um pároco que é uma fotografia perfeita do que está acontecendo. Escrevia ele: 'Na direção espiritual e na confissão não sei mais o que dizer. Quando um penitente me diz: vivo, para todos os efeitos, como marido com uma mulher que é divorciada e agora estou comungando; eu lhe proponho um caminho para corrigir esta situação. Mas o penitente me detém e logo responde: ouça, padre, o Papa disse que posso receber a Eucaristia, sem precisar fazer o propósito de viver em continência. Eu não posso suportar mais esta situação. A Igreja pode me pedir tudo, mas não que eu traia a minha consciência. E a minha consciência tem objeções a um suposto ensinamento pontifício de permitir a Eucaristia para quem vive como marido e mulher, sem ser casado'. Assim escrevia o pároco. A situação de muitos pastores de almas, refiro-me sobretudo aos párocos, – observa o cardeal –, é esta: têm sobre os ombros um peso que não estão em condições de suportar. É nisso que penso quando falo de uma grande perplexidade. Falo dos párocos, mas muitos fiéis estão ainda mais perplexos. Estamos falando de questões que não são

secundárias. Não estamos discutindo se o peixe quebra ou não quebra a abstinência. Trata-se de questões gravíssimas para a vida da Igreja e para a salvação eterna dos fiéis. Não devemos esquecer nunca que esta é a lei suprema da Igreja, a salvação eterna dos fiéis. Não outras preocupações. Jesus fundou a sua Igreja para que os fiéis tenham a vida eterna, e a tenham em abundância".

A divisão a que se refere o cardeal Carlo Caffarra originou-se principalmente por causa da interpretação dos parágrafos de *Amoris Laetitia* que vão do número 300 ao 305. Para muitos, inclusive diversos bispos, encontramos aqui a confirmação de uma ruptura, não apenas pastoral, como também, e sobretudo, doutrinal. Outros, ao contrário, pensam que tudo está perfeitamente inserido e em conformidade com o magistério precedente. Como se pode sair de semelhante equívoco? "Colocaria duas premissas muito importantes. Pensar em uma práxis pastoral não fundamentada e enraizada na doutrina significa fundamentar e enraizar a práxis pastoral sobre o arbítrio. Uma Igreja com pouca atenção à doutrina não é uma Igreja mais pastoral, mas é uma Igreja mais ignorante. A Verdade da qual nós falamos não é uma verdade formal, mas uma Verdade que nos concede salvação eterna: '*veritas salutaris*', em termos teológicos. Explico. Existe uma verdade formal. Por exemplo, quero saber se o maior rio do mundo é o Rio Amazonas ou o Rio Nilo. Esta é uma verdade formal. Formal significa que este conhecimento não tem nenhuma relação com o meu modo de ser livre. Mesmo que a resposta tivesse sido a contrária, não teria mudado nada no meu modo de ser livre. Mas há verdades que eu chamo de existenciais. Se é verdade, – como Sócrates já havia ensinado –, que é melhor padecer a injustiça do que praticá-la, estou enunciando uma verdade que provoca a minha liberdade para agir de um modo muito diverso se fosse verdade o contrário. Quando a Igreja fala de verdade, – acrescenta Caffarra –, fala da verdade do segundo tipo, a qual, se é obedecida pela liberdade, gera a verdadeira vida. Quando ouço dizer que se trata apenas de uma mudança pastoral e não

doutrinal, ou pensamos que o mandamento que proíbe o adultério seja uma lei puramente positiva que pode ser mudada, (e penso que nenhuma pessoa reta possa sustentar isto), ou isso significa admitir, sim, que o triângulo tem geralmente três lados, mas que existe também a possibilidade de construir algum que tenha quatro lados. Ou seja, estou dizendo um coisa absurda. Os medievais, além disso, diziam: "*theoria sine praxi, currus sine axi; praxis sine theoria, caecus in via*" (ndt: a teoria, sem a práxis, é como um carro sem eixo, que é o mesmo que dizer, sem rodas; a práxis, sem a teoria, é como um cego na estrada).

A segunda premissa que faz o arcebispo diz respeito "ao grande tema da evolução da doutrina, que sempre acompanhou o pensamento cristão. E que sabemos ter sido retomado de modo esplêndido pelo Beato John Henry Newman. Se há um ponto claro é que não há evolução onde há contradição. Se eu digo que '*s' é 'p'* e depois digo que '*s' não é 'p'*, a segunda proposição não desenvolve a primeira, mas a contradiz. Aristóteles já havia justamente ensinado que ao se enunciar uma proposição universal afirmativa (por exemplo, todo adultério é injusto) e ao mesmo tempo uma proposição particular negativa tendo o mesmo sujeito e predicado (por exemplo, certos adultérios não são injustos), não se faz uma exceção à primeira. Mas a contradiz. Por fim, se quisesse definir a lógica da vida cristã, usaria a expressão de Kiekegaard: 'Mover-se sempre, permanecendo sempre parado no mesmo ponto'".

O problema, acrescenta o purpurado, "é ver se os famosos parágrafos nn. 300-305 de *Amoris Laetitia* e a famosa nota estão ou não estão em contradição com o magistério precedente dos Pontífices que enfrentaram a mesma questão. Segundo muitos bispos, estão em contradição. Segundo muitos outros bispos, não se trata de uma contradição, mas de um desenvolvimento. É por isso que pedimos uma resposta do Papa". Chega, assim, ao ponto mais contestado e que tanto animou as discussões sinodais: a possibilidade de conceder aos divorciados e

recasados civilmente a reaproximação à Eucaristia. Coisa que não encontra explicitamente espaço em *Amoris Laetitia*, mas que, segundo o juízo de muitos, é um fato implícito, que representa nada mais do que uma evolução em relação ao n. 84 da Exortação *Familiaris Consortio*, de João Paulo II.

"O problema no seu nó é o seguinte", argumenta Cafarra: "O ministro da Eucaristia (em geral, o sacerdote) pode dar a Eucaristia a uma pessoa que vive *more uxorio* (ndt. como se fosse casada, isto é, tendo relações sexuais) com uma mulher ou com um homem que não é a sua mulher ou o seu marido, e não pretende viver em continência? As respostas são apenas duas: Sim ou Não. Ninguém, aliás, põe em questão que *Familiaris consortio*, *Sacramentum unitatis*, o *Código de Direito Canônico* e o *Catecismo da Igreja Católica* à esta pergunta respondam Não. Um Não válido, até que o fiel não proponha abandonar o estado de convivência *more uxorio*. *Amoris Laetitia* ensinou que, dadas certas circunstâncias precisas e realizado um certo percurso, o fiel poderia aproximar-se da Eucaristia sem se comprometer em viver a continência? Há bispos que ensinam que se pode. Por uma simples questão de lógica, se deveria, então, ensinar que o adultério não é um mal em si e por si. Não é pertinente apelar à ignorância ou ao erro em relação à indissolubilidade do matrimônio: um fato infelizmente muito difuso. Este apelo tem um valor interpretativo, não orientativo. Deve ser usado como método para discernir a imputabilidade das ações já realizadas, mas não pode ser princípio para ações a serem realizadas. O sacerdote – diz o cardeal – tem o dever de iluminar o ignorante e corrigir o errante".

"Ao contrário, aquilo que *Amoris Laetitia* trouxe de novo sobre essa questão é a chamada aos pastores de alma de não se contentarem com responder Não (não se contentar, porém, não significa responder Sim), mas de tomar a pessoa pela mão e ajudá-la a crescer até o ponto que entenda que se encontra em uma tal condição que não pode receber a Eucaristia, se não

cessar com as intimidades próprias dos esposos. Mas não é que o sacerdote possa dizer ‘ajudo o seu caminho dando-lhe os sacramentos’. E é sobre isso que, na nota n. 351, o texto é ambíguo. Se eu digo à pessoa que não pode ter relações sexuais com aquele que não é o seu marido ou a sua mulher, porém, no entanto, visto que isso é tão difícil, pode ter… apenas uma ao contrário de três por semana, não há sentido; e não uso de misericórdia para com essa pessoa. Porque, para pôr fim a um comportamento habitual – um *habitus*, diriam os teólogos – é necessário que haja o decidido propósito de não realizar nenhum ato próprio daquele comportamento. Há um progresso no bem, mas entre deixar o mal e iniciar a fazer o bem há uma escolha instantânea, mesmo que longamente preparada. Por um certo período, Agostinho rezava: ‘Senhor, dai-me a castidade, mas não já’”. A discorrer sobre os *dúbia*, parece-me compreender que, em jogo, mais do que *Familiaris Consortio*, esteja a *Veritatis Splendor*. É assim?

“Sim”, responde Carlo Cafarra. “Aqui está em questão aquilo que ensina a *Veritatis Splendor*. Esta Encíclica (6 de agosto de 1993) é um documento altamente doutrinal, nas intenções do Papa São João Paulo II, a tal ponto que – coisa excepcional atualmente nas encíclicas – é endereçada somente aos bispos, enquanto responsáveis da fé que se deve crer e viver (cf. n. 5). A estes, ao fim, o Papa recomenda serem vigilantes a respeito de doutrinas condenadas ou ensinadas pela própria encíclica. Aquelas, para que não se difundam na comunidade cristã, essas, para que sejam ensinadas (cf. n. 116). Um dos ensinamentos profundos do documento é que existem atos que podem ser por si mesmos e em si mesmos, prescindindo das circunstâncias em que são realizados e das intenções que o agente se propõe, qualificados como desonestos. E acrescenta que negar este fato pode levar a negar o sentido do martírio (cf. nn. 90-94). Cada mártir, de fato – sublinha o arcebispo emérito de Bolonha – poderia ter dito: ‘Mas eu me encontro em uma circunstância… em tais situações para as quais o dever grave de professar a minha fé ou de afirmar a intangibilidade

de um bem moral não me obrigam mais'. Se pensarmos às dificuldades que Tomás More sofria por causa de sua esposa, na prisão: 'tens deveres para com tua família, para com teus filhos'. Não é, então, apenas um discurso de fé. Mesmo usando apenas a reta razão vejo que, negando a existência de certos atos intrinsecamente desonestos, nego que exista um confim além do qual os poderosos deste mundo não podem e não devem ir. Sócrates foi o primeiro no ocidente a compreender isso. A questão, portanto, é grave, e sobre isso não se podem deixar incertezas. Por isso, nos permitimos pedir ao Papa para deixar claro, porque há bispos que parecem negar tal fato, fazendo referência a *Amoris Laetitia*. O adultério, de fato, sempre foi considerado entre os atos intrinsecamente maus. Basta ler o que diz Jesus a respeito, São Paulo e os mandamentos dados por Deus a Moisés". Mas há ainda espaço, hoje, para os assim chamados atos "intrinsecamente maus". Ou, talvez, é tempo de olhar mais o outro lado da balança, ao fato que tudo, diante de Deus, pode ser perdoado?

Atenção, diz Cafarra: "Aqui se faz uma grande confusão. Todos os pecados e as escolhas intrinsecamente desonestas podem ser perdoadas. Então, 'intrinsecamente desonestos' não significa 'imperdoáveis'. Jesus, todavia, não se contenta em dizer à adúltera: 'Nem eu te condeno'. Diz-lhe também: 'Vai e, de agora em diante, não peques mais' (Jo 8,10). São Tomás, inspirando-se em Santo Agostinho, faz um comentário belíssimo, quando escreve que 'Teria podido dizer: vai, e vivas como queiras e estejas certa do meu perdão. Não obstante todos os teus pecados, eu te libertarei dos tormentos do inferno. Mas o Senhor, que não ama a culpa e não favorece o pecado, condena a culpa… dizendo: de agora em diante, não peques mais. Mostra-se, assim, como é terno o Senhor em sua misericórdia e justo na sua Verdade' (cf. Comentário a João, 1139). Nós somos verdadeiramente – não é apenas um modo de dizer – livres diante do Senhor. E, então, o Senhor não nos joga seu perdão por trás de nossas costas. Deve haver um admirável e misterioso matrimônio entre a infinita misericórdia de Deus e

a liberdade do homem, que se deve converter se quiser ser perdoado”.

Perguntamos ao cardeal Cafarra se uma certa confusão não deriva também da convicção, radicada também entre tantos pastores, de que a consciência seja uma faculdade para decidir autonomamente em relação àquilo que é o bem ou o mal, e que em última análise a palavra decisiva seja da consciência individual. “Considero este o ponto mais importante de todos”, responde. “É o lugar onde nos encontramos e desencontramos com a pilastra fundamental da modernidade. Comecemos por esclarecer a linguagem. A consciência não decide, porque ela é um ato da razão; a decisão é um ato da liberdade, da vontade. A consciência é um juízo em que o sujeito da proposição que o exprime é a escolha que estou para realizar ou que já realizei, e o predicado é a qualificação moral da escolha. É, então, um juízo, não uma decisão. Naturalmente, cada juízo racional se exercita à luz de critérios, de outro modo não seria um juízo, mas qualquer outra coisa. Critério é aquilo com base em que eu afirmo aquilo que afirmo ou nego aquilo que nego. A este ponto, é particularmente iluminante uma passagem do Tratado sobre a consciência moral do Beato Rosmini: ‘Há uma luz que está no homem e há uma luz que é o homem. A luz que está no homem é a lei da Verdade e a graça. A luz que é o homem é a reta consciência, porque o homem se torna luz quando participa da luz da lei da Verdade mediante a sua consciência conformada àquela luz’. Ora, diante dessa concepção da consciência moral se opõe a concepção que erige como tribunal inapelável da bondade ou malícia das próprias escolhas a própria subjetividade. Aqui, para mim – diz o purpurado – está o desencontro decisivo da visão da vida própria da Igreja (porque própria da divina Revelação) e a concepção da consciência própria da modernidade”.

“Quem viu isso de maneira lucidíssima – acrescenta – foi o Beato Newman. Na famosa carta ao Duque de Norfolk, diz: ‘A consciência é um vigário aborígene de Cristo. Um profeta nas

suas informações, um monarca nas suas ordens, um sacerdote nas suas bênçãos e nos seus anátemas. Para o grande mundo da filosofia de hoje, estas palavras não são verbosidades vãs e estéreis, privadas de um significado concreto. Em nosso tempo, ferve uma guerra renhida, diria, quase uma espécie de conspiração contra os direitos da consciência'. Mais adiante, acrescenta que 'em nome da consciência se destroem as verdadeiras consciências'. Eis porque, entre os cinco *dúbia*, o número cinco é o mais importante. Há uma passagem de *Amoris Laetitia*, no n. 303, que não está clara; parece – repito: parece – admitir a possibilidade de haver um juízo verdadeiro da consciência (não invencivelmente errôneo; isso sempre foi admitido pela Igreja) em contradição com aquilo que a Igreja ensina como atinente ao depósito da divina Revelação. Parece. E, por isso, apresentamos a dúvida ao Papa".

"Newman – recorda Cafarra – diz que 'se o Papa falasse contra a consciência, tomada no verdadeiro significado da palavra, cometeria um verdadeiro suicídio, cavaria uma fossa debaixo dos seus pés'. São coisas de uma gravidade alarmante. Não diga nunca a uma pessoa: 'Siga sempre a tua consciência', sem acrescentar, sempre e na mesma hora: 'Ama e procura a verdade sobre o bem'. Colocaria em suas mãos a arma mais destrutiva da sua humanidade".

X. 01/02/2017 Cardeal Müller sobre a Comunhão a recasados: "O Papa, um concílio, nem a lei dos bispos podem mudar isso".

Por Church Militant**, 01 de fevereiro de 2017| Tradução:** : O Cardeal Gerhard Müller está afirmando que os divorciados e civilmente recasados devem comprometer-se a permanecer continentes antes de serem admitidos novamente aos sacramentos, e que nem mesmo o Papa pode remover essa condição indispensável.

A revista italiana Il Timone recentemente perguntou ao prefeito da Congregação para Doutrina da Fé (CDF) se a condição de que esses casais "se esforçarem para viver a castidade" antes de receberem a Confissão e a Sagrada Eucaristia – como exigido pelo Papa S. João Paulo II – ainda era válida. O chefe da guarda doutrinária do Vaticano respondeu: "Claro, isso não é dispensável".

O Cardeal enfatizou que a Igreja não tem a faculdade de alterar essa regra. "Nenhum poder no céu ou na terra, nem mesmo os anjos, ou o Papa, um concílio, nem a lei dos bispos tem a faculdade de mudar isso".

Na entrevista publicada na quarta feira (01/02/2017), Müller foi questionado a respeito das conflituosas interpretações acerca da exortação pós-sinodal *Amoris Laetitia*. O cardeal advertiu que o documento não pode ser interpretado isoladamente em relação ao ensinamento perene da Igreja.

"*Amoris Laetitia* deve claramente ser interpretada à luz de toda a doutrina da igreja" ele insistiu.

Ele também deixou claro que a exortação deve ser interpretada pelo seu todo e não por passagens retiradas do contexto. "Não se pode referir apenas a pequenas passagens apresentadas na *Amoris Laetitia*, mas deve-se lê-la como um todo, com o propósito de tornar o Evangelho do matrimônio e da família mais atrativo às pessoas".

Cardeal Müller expressou seu descontentamento com as opiniões discordantes propostas por vários bispos a respeito da exortação. "Eu não gosto disso, não é correto que tantos bispos interpretem a *Amoris Laetitia* de acordo com seu próprio entendimento dos ensinamentos papais", lamentou. "Isso não se

alinha a doutrina Católica”.

Ele alertou aqueles bispos que, segundo ele, “estão falando demais”, para que primeiro aprendam a Doutrina eles mesmos antes de tentar ensinar aos outros. “Eu insisto que eles estudem antes a Doutrina [dos concílios] sobre o papado e o episcopado”. Se os bispos não se tornarem bem informados eles mesmos, então eles “podem cair no risco de serem cegos guiando cegos”.

Perguntado se a consciência pessoal poderia em algum momento sobrepor o ensinamento da Igreja sobre fé e moral, o cardeal rejeitou terminantemente a possibilidade. “Não, isso é impossível”, ele respondeu. “Por exemplo, não se pode dizer que existem circunstâncias nas quais um ato de adultério não constitua um pecado moral. Para a Doutrina católica, é impossível que o pecado mortal e a Graça santificante coexistam”.

E adicionou que essa é a razão pela qual Deus instituiu o Sacramento da Reconciliação.

Tem-se dado muita atenção à exortação apostólica de João Paulo II *Familiaris Consortio*, que reafirmou que os recasados não poderiam permanecer sexualmente ativos e serem admitidos aos sacramentos. Mas o cardeal Müller afirma que muita da confusão está na rejeição da “clara Doutrina [da Igreja] sobre os males intrínsecos”, como apresentada pela Encíclica *Veritatis Splendor* também de João Paulo II.

A Igreja ensina que ações intrinsecamente más são sempre e em todo lugar erradas, independente dos motivos e circunstâncias nas quais são praticadas. Exemplos dessas ações são o aborto, o adultério e o suicídio.

A *Veritatis Splendor* ensina que todo mal intrínseco é errado para todos, independente de qualquer julgamento que a consciência pessoal faça. “Preceitos morais negativos, que proíbem certas ações ou comportamentos como intrinsecamente

maus, não aceitam exceções legítimas”.

Em outras palavras, o Mandamento de Deus “Não se deve…” é aplicado a qualquer pessoa em qualquer tempo.

Isso também está explicado no parágrafo 1650 do Catecismo da Igreja Católica, onde se lê: “Se os divorciados estão civilmente recasados, encontram-se em uma situação objetiva de contravenção à Lei Divina. Consequentemente, eles não podem ter acesso à Sagrada Eucaristia enquanto essa condição persistir.”

Coincidentemente, as questões apresentadas ao Papa Francisco e ao dicastério do Cardeal Müller pelos quatro cardeais nos *Dubia* estão centradas nesses dois pontos:

– O papel da consciência em obedecer à Lei Divina.

– Atos intrinsecamente maus nunca não podem ser feitos de consciência limpa.

O Cardeal Müller reforça que o papel dos padres e bispos é de esclarecer e não de confundir. E insiste que todos os sacerdotes e leigos aprendam a Fé. “Todos nós temos que entender e aceitar a Doutrina de Cristo e da Sua Igreja, e ao mesmo tempo estar prontos a ajudar os outros a entendê-la e colocá-la em prática, mesmo nas situações mais difíceis”, ele explicou.

XI. 16/02/2017 Burke despachado para o outro lado do mundo

O Cardeal Burke foi enviado à Ilha de Guam para investigar um suposto caso de abuso sexual. Aos “normalistas”, trata-se de uma missão como qualquer outra atribuída a um cardeal. Aos bem informados em Roma, embora designado para o caso em outubro

passado, a viagem sem prazo de volta, ocorrida neste exato momento, é uma manobra claríssima para retirar Burke da Cidade Eterna enquanto se "reorganiza" a Ordem de Malta, onde sua cabeça como capelão está em jogo.

Por The New York Times | Tradução:

CIDADE DO VATICANO – O Vaticano enviou o cardeal conservador Raymond Burke à ilha de de Guam no Pacífico para investigar um importante caso de abuso sexual, despachando assim o notável jurista que colidiu repetidamente com o papa Francisco para uma delicada missão do outro lado do mundo.

De acordo com o Google a distância entre Roma e Guam é de .

A Congregação para a Doutrina da Fé no Vaticano, em outubro passado, nomeou Burke como juiz para presidir o julgamento do arcebispo de Guam, Anthony Apuron, que enfrenta múltiplas denúncias de abuso sexual de coroinhas durante a década de 1970. Foi o que informou a assessoria de imprensa do Vaticano nesta quarta-feira. Apuron negou todas as acusações e não foi criminalmente processado.

Burke, o americano sediado em Roma, deverá entrevistar um ex-coroinha em Guam, na quinta-feira, que diz ter sido abusado sexualmente por Apuron, segundo informação do Pacific Daily News. Essas missões especiais não são incomuns para os cardeais e as entrevistas com as testemunhas são uma parte fundamental de qualquer julgamento canônico.

Os sobreviventes de abuso clerical, no entanto, há muito tempo criticaram o histórico de Burke como arcebispo nos EUA, pelo tratamento dado por ele aos casos de padres abusivos. Burke disse que cada ato de abuso do clero é um “mal grave”. Mas ele também culpou o clero gay pela crise de abuso sexual na Igreja, dizendo que os padres “que eram feminizados e confusos sobre sua própria identidade sexual” foram os que molestaram crianças.

Burke, um advogado canônico de ponta, liderou a Suprema Corte do Vaticano até 2014, quando Francisco o removeu e o nomeou como patrono da Ordem dos Cavaleiros de Malta. Francisco o afastou recentemente daquela posição depois que Burke se viu envolvido na expulsão problemática de um cavaleiro sênior.

A defesa da Doutrina da Igreja por parte de Burke transformou-o em um herói para os católicos conservadores e tradicionalistas descontentes com a prioridade que Francisco dá `a misericórdia em prejuízo da moral. Ele é um dos quatro cardeais que pediu a Francisco para esclarecer sua abertura controversa para católicos divorciados e casados novamente no

civil receberem a Comunhão.

Fonte: